

DORANTIM

FUNDO CEMAP
CDS 12/84

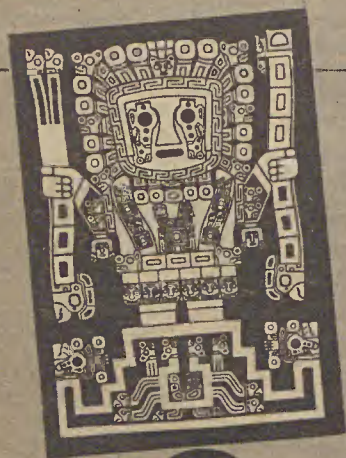


EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

ANO V — Nº 50

Brasília-DF, Abril de 1983

Cr\$ 200,00



As lutas da Ameríndia no Congresso do CISA



Paulo Suess

Na abertura do II Congresso do CISA - Consejo Indio de Sud América -, em Tiwanaku, Bolívia, preces a Pacha Mama e Inti Tata.

EDITORIAL

Memória x mentira

O Dia do Índio não é resultado de lutas e reivindicações de "classe", como o 1º de Maio; é invenção dos indigenistas que, em 1940, no seu Primeiro Congresso Interamericano, em Pátzcuaro, México, fizeram este presente de grego aos povos indígenas para anualmente cronometrar seu grau de aculturação e integração à sociedade nacional. Pressionado pelo marechal Rondon, o presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 5.540, de 2 de julho de 1943, determinou que "o Brasil, como os demais países americanos, comemorasse o Dia do Índio, a 19 de abril". Claro, os coronéis-aviadores da Funai não querem que o Dia do Índio se torne um dia de luta ou de consciência indígena. Por isso, proibiram manifestações políticas. Certamente se repetirão, como o ano passado, divertimentos inocentes e outras promoções consideradas apolíticas.

Na Casa do Índio, em Manaus, como de costume, haverá competição de pingue-pongue. Em Brasília, o ano passado, houve uma Missa, encomendada e assistida pelo alto escalão da Funai e por doze índios arrebanhados na Casa do Ceará. Na hora da comunhão, aquele mal-estar: tomara que ninguém vá. Velozmente, o padre fecha o sacrário. Ai vem uma beata, reclamando seu direito de comungar... Depois da missa, os jornalistas esperam o presidente da Funai, Paulo Leal, na escadaria da Igreja Dom Bosco. O Cimi acaba de denunciar que a Funai continuaria a aplicar "critérios sangüíneos de indianidade" nos índios Xakriabá, por cujas terras a fábrica de cimento Cauê tem manifestado um particular

interesse. O coronel Leal diz desconhecer tais critérios. Na porta da igreja, também, ninguém esperava uma mentira...

No Parque do Xingu houve, no ano passado, luta de huka-huka entre os Kamayurá, apreciada pelos olhos verdes do ministro Mário Andreazza e pelo tratorista do Posto Leonardo, feito Diretor do Parque, Francisco de Assis da Silva, cuja violência e corrupção (ver página 3) não impediram sua recente nomeação para o posto do diretor do Parque Indígena do Aripuanã. Que os Suruí e os Cinta Larga se cuidem! Com Chico vem chumbo e chicote. Sua gestão no Xingu marca a deterioração das condições de vida no Parque: surtos de sarampo, mortalidade infantil crescente; só no mês de janeiro passado, morreram oito pessoas por falta de assistência médica. Os índios fortes, saudáveis e ricamente adornados, existem, ainda, hoje, em alguma aldeia, para a fiscalização da Cruz Vermelha e o deleite turístico de embaixadores estrangeiros; amanhã, só nos arquivos da TV-Globo. E quem diria que neste grande país há falta de médicos e medicamentos no seu santuário indigenista?

Recentemente, uma equipe de inspeção do TCU - Tribunal de Contas da União - que investiga a compra de remédios, constatou que seriam necessários três séculos para consumir a quantidade do psicotrópico Clorpromazina 4%, adquirida por Cr\$ 7 milhões, pela Dinsan - Divisão Nacional de Saúde -, para abastecer três hospitais do Rio, o Juliano Moreira, o Pinel, e o Pedro II (Cf. JB 29-1-83). Das duas, uma: ou a Dinsan previu um enlouquecimento geral da nação e ampliou, por isso, seu estoque de

psicotrópicos; ou a compra, como tal, era um ato de loucura, que o ministro Vidal da Fontoura, relator do processo no TCU, chamou de "malversação de dinheiros públicos". Como estamos em plena fase de desapuração, na sombra dos grandes escândalos, como os da Capemi, do SNI, da espionagem no Planalto e este da Dinsam, a malversação de Cr\$ 217.500,00, por parte do futuro diretor do Parque Aripuanã, é "café pequeno"; foi perdoada pela Funai e paga com peixes e tartarugas que o Chico sempre trazia do Parque e partilhava com seus cúmplices do órgão tutor. O sr. Délio Jardim de Mattos permita-me ver, no fato, também "uma grande falta de sobriedade".

Contra essa falta de sobriedade e honestidade do indigenismo oficial, o PORANTIM, que está editando o seu número 50, já há cinco anos levanta sua voz. PORANTIM, que significa, em sateré-maué, remo, arma, memória, procurou, desde a Amazônia, com seu remo dar rumo à canoa da ação missionária da Igreja junto aos povos indígenas; procurou ser arma de defesa dos povos primeiros neste País e, cada vez mais, nesta Ameríndia colonizada até os dias de hoje; procurou mobilizar a consciência da sociedade nacional através das suas denúncias; procurou escovar a história oficial a contrapelo, e ser memória contra a mentira e amnésia institucionalizadas. Continuaremos a armar as nossas flechas, até que o Dia do Calote, o Dia da Mentira, de novo se torne um dia de brincadeira, e não, como está de fato acontecendo, um dia simbólico que inicia o mês do índio.

PAULO SUESS

Cartas RORAIMA

Eu, como membro do Conselho Indígena Makuxi, em Roraima, em nome de todas as comunidades indígenas, venho exprimir reclamação indígena. Aqui, nós, de Roraima, estamos impacientes por vários motivos. Os nossos direitos violados, comunidades esquecidas, parece que própria Funai que dizem protetores das comunidades indígenas, não estão resolvendo problemas indígenas e nem apoiando comunidades indígenas.

Os tuxauas estão gastando até últimos centavos para pagar passagem até a delegacia da Funai. Na Funai há várias pessoas: delegado, secretário, advogado, fiscal, para atender o índio, mesmo assim o índio é desconhecido, as vezes volta sem resolver e sem conversar com delegado, o problema fica do mesmo jeito.

Funai sem dúvida é primeiro apoiar o invasor estrangeiro, "o branco". Dou testemunho de vários problemas que a Funai não resolveu. Aconteceu numa comunidade, "Araçá", região do Cotingo, um problema grave: um fazendeiro castrou um reprodutor (NR: touro) dos parentes, levaram ao conhecimento da Funai, cobraram. Pois Funai foi esconchido, sem comunicar a comunidade, conversar com fazendeiro e pronto, e entrou em acordo somente com o fazendeiro.

Outro fato na área de S. Marcos. Os parentes estão sendo ameaçados até de morte pelo fazendeiro chamado Omério de Souza, da ponta da Serra do Maruai, onde os parentes há muitos anos usam tradicionalmente para seus melos de vida e sobrevivência. O Governador ao lado, dizendo que não sabe de nada. Uma vez perguntei ao Governador o que achava sobre a terra para os índios, e eu disse que as comunidades indígenas estavam esperando uma área aberta demarcada e definida.

No dia 24 de fevereiro, os parentes da região das Serras enviaram uma carta para Delegacia Regional da Funai, denunciando os problemas de cachaca, os brancos estão comercializando, são oito comerciantes, na carta pedem retirada de bebidas alcoólicas, porque está levando as comunidades para destruição.

Denunciaram um fato ocorrido no dia 31 de janeiro, morreu um parente vítima de um afogamento, o qual embriagado de cachaca do comerciante Waldemar Moreira, do lugar denominado "Puxa-Faca", a

culpa de todos os fatos são os comerciantes, os revendedores de bebidas alcoólicas na área indígena.

Agradeço entidades que acompanham a luta a causa indígena, que continue os trabalhos junto as comunidades abandonadas. (Tuxaua Terêncio Luís Silva, Makuxi, da Comunidade de Cumanã-RR).

NR: Ver mais, sobre Roraima, à página 6.

ESPOLIADOS

Meu interesse maior é saber o que podemos fazer aqui pelos caboclos ou índios que estão sendo espoliados na nossa região, como os Kapinauá, os Xucuru, os "negros" da serra de Umás (município de Salgueiro). Temos aqui dois índios trabalhando como professores de judô e de educação física e eles foram que nos despertaram para o problema que nem sabíamos tão próximo. (Elmy Sampaio, Belo Jardim-PE).

ANCESTRAIS

Na semana do Índio que está sendo programada aqui, num dos bairros de Curitiba, irei proferir uma palestra, baseada no texto do PORANTIM nº 47/48 (Janeiro-Fevereiro de 83.). Quanto ao meu trabalho de conclusão do Curso de Filosofia, pretendo fazer sobre o título "O que os brancos não sabem sobre os índios". Penso que o tema é atual e já conto com muito material, inclusive os Boletins do Cimi, desde alguns exemplares de 1978, e o PORANTIM. Não tenho palavras para agradecê-los, só espero que Deus os recompense por tudo aquilo que fazem pela causa e justiça de meus ancestrais. Em julho próximo pretendo ir a Palmeira dos Índios pesquisar sobre minha descendência, os Xukuru-Kariri. (José Antônio dos Santos, Curitiba, PR)

ESTATUTO

Meus cumprimentos por este trabalho maravilhoso que vocês fazem. O motivo de me dirigir aos senhores é que estou à procura do Estatuto do Índio e, se possível, alguns outros materiais disponíveis, visto que estou organizando uma Semana do Índio na Escola que trabalho e gostaria de poder receber esta colaboração. A Semana será de 12 a 19 de abril. (José Henrique Antonini, Bauru-SP).

NR- O Estatuto do Índio pode ser encontrado no livro *Em Defesa dos Povos Indígenas, coleção de documentos e legislação compilados pelo secretário-executivo do Cimi, Paulo Suess.*

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

DIRETOR: José Gomes

EDITOR: Antônio Carlos Moura

CONSELHO EDITORIAL: Antônio Brand, Daniel Cabixi, Dirceu Aguirre, Egon D. Heck, João Pacheco, Modesto da Silveira, Pedro Tierra, Raimundo José Soares, Tomás Balduino.

Redação: Antônio Carlos Queiroz, Paulo Suess

Diagramação: José Antônio Gomes

Administração: Mª. Solange Rodrigues

Composição e Impressão: Correio Brasileiro

Redação e Administração: SDS, Edifício Venâncio III, sala 310, Cx. Postal 11-1159, CEP: 70.084 - Brasília-DF. Telefone: 226-1273 - Reg. nº 04, Prot. 48920, Cart. 2º Of. R. C., BSB-DF. Assinatura anual: Cr\$ 2.500; Assinatura de apoio: Cr\$ 4.000. Exterior: US\$ 25 - América Latina; US\$ 40 - outros países. Faça sua assinatura enviando cheque ou vale postal em nome de CIMI-PORANTIM.

PORANTIM é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que permite a reprodução de todas as suas matérias desde que citada a fonte. Solicitamos o envio de dois exemplares da publicação.

PORANTIM significa, em Sateré-Maué, remo, arma, memória.

XINGU

"Democracia" no Parque

Pau que nasce torto, morre torto, ensina a sabedoria popular. O ditado se aplica com exatidão à Funai, órgão que nasceu para substituir o corrupto Serviço de Proteção ao Índio, mas que, durante a sua existência, apenas aprendeu a camuflar a corrupção e a farsa, bandeiras sempre desfaldadas no mastro do indigenismo oficial.

A suposta eleição do novo diretor do Parque Indígena do Xingu (PIX) é mais um caso para o arquivo dos embustes da Funai. Na última semana de fevereiro, a imprensa anunciou que "as lideranças do Xingu" haviam elegido o antropólogo Cláudio Romero para substituir o sertanista Francisco de Assis na direção do PIX. Ao descrever a pantomima o *Jornal de Brasília*, de 24-2-83, afirmou: "Ao acatar ontem a indicação do Xingu, para ser o novo chefe do Posto da Funai no Parque do Xingu—, o presidente da Funai, coronel Paulo Leal, fez com que, pela primeira vez em toda a história da Funai, o desejo de uma comunidade indígena brasileira prevalecesse sobre a vontade do

homem branco".

Nada mais falso, porém.

Primeiro, Cláudio Romero não pode ter sido escolhido pela "comunidade indígena do Xingu", simplesmente porque é uma pessoa desconhecida no PIX. Ao que consta, ele esteve no Parque apenas uma vez e, assim mesmo, só passou pelo Posto Indígena Leonardo, rapidamente. Segundo, a "eleição" sequer pode ser considerada indireta: dos 16 povos que vivem no Parque, apenas quatro — Txukahamãe, Iawalapití, Kuikuro e Kayabí — estiveram representados na reunião em que Romero foi ungido pelo coronel Paulo Leal. Além disso, segundo apurou PORANTIM, nenhum dos 12 povos restantes foi consultado sobre o assunto.

OS FATOS

A substituição do diretor do PIX, Francisco de Assis da Silva, começou dia 21 de fevereiro, quando o líder txukahamãe Megaron entregou à Funai uma carta, exigindo a sua imediata demissão. As razões alegadas no documento eram de que Francisco de Assis maltratava os índios do PIX e não da-

va atenção aos seus problemas vitais. Em entrevista ao PORANTIM, o cacique txukahamãe Raoni — um dos líderes indígenas usados pela Funai durante a "eleição" de Cláudio Romero —, afirmou que a situação do Parque deteriorou-se bastante na gestão de Francisco de Assis, principalmente no campo da saúde. Somente no mês de janeiro, por exemplo, morreram cinco crianças e três adultos — ao que parece, vítimas de malária e gripe. "O Chico, quando vai pra lá (para o PIX) — friso Raoni — vai de avião lá no Posto Leonardo, fica lá um pouquinho, só fica gritando com o povo, depois vem de lancha, depois de três ou quatro dias volta para Brasília. É por isso que nós não gostamos mais dele".

Não bastasse isso, o ex-diretor do PIX envolveu-se em negócios escusos, dos quais PORANTIM tem provas materiais (ver quadro). Para a Funai, porém, ele deve ser um funcionário brilhante, pois, logo depois do afastamento, foi nomeado para a direção do Parque Indígena do Aripuanã e ganhou um diploma de benemé-

rito indigenista.

Imediatamente depois de receber a carta de Megaron, a Funai entrou em ação para montar a farsa da eleição de Cláudio Romero. Um avião foi enviado ao Parque do Xingu para apanhar os cinco líderes indígenas (Raoni e Krumare, Txukahamãe; Aritana, Iawalapití; Afukaka, Kuikuro; e Cuiabano, Kaybí) e trazê-los para Brasília, já com o nome de Romero "trabalhado". O argumento utilizado pela Funai para "vender" o nome do antropólogo foi de que ele fizera um bom trabalho entre os Xavante, o que, segundo depoimentos colhidos entre este povo, é verdadeiro. Só que a Funai não mencionou que Romero também teve uma participação "exemplar" no caso dos Pataxó-Hã-Hã-Hãe, no final de 1982, tendo sido um dos responsáveis pela transferência forçada desse povo indígena, de suas terras, no município de Pau Brasil, Sul da Bahia, para a Fazenda Almada, em Ilhéus (Ver PORANTIM nº 46).

Já em Brasília, dia 23 de fevereiro, os cinco líderes indígenas do PIX foram reu-

nidos no gabinete do presidente da Funai para proceder à suposta eleição de Cláudio Romero. Até mesmo o deputado federal Xavante Mário Juruna, que, por acaso, se encontrava no prédio da Funai, foi usado pelo coronel Leal para legitimar a farsa. A "eleição", porém, não foi tão unânime como pareceu. Até o último momento, o sertanista Orlando Villas Bôas brigou para que o escolhido para a direção do PIX fosse o seu compadre, o índio Kayabí Pioni, monitor de saúde do Posto Diauarum.

Procurado pra dar uma opinião sobre a troca de direção do Parque, o antropólogo Olímpio Serra — ex-diretor do PIX e recentemente indicado para integrar o Conselho Indigenista da Funai — afirmou não estar bastante informado sobre a mudança (acabara de chegar de férias). Entretanto, assinalou: "A situação ali era tão ruim que qualquer mudança só pode ser para melhor". Comentário que só confirma o ditado popular: "Pau que nasce torto, morre torto". Se não for cortado antes de crescer, claro! (Antônio Carlos Queiroz).

Se a moda pega...

O ex-diretor do Parque Indígena do Xingu, Francisco de Assis da Silva, é um exemplo da impunidade imperante na Funai. Comprovadamente corrupto, ao invés de ser punido, ganha prêmios.

A nota fiscal nº 000024/80, da firma Agricultora Ltda., de Barra do Garças, é "fria", e foi preenchida de próprio punho pelo ex-diretor do PIX, para "comprovar" despesas que ele não fez. Quem faz esta grave acusação não é o PORANTIM. O próprio Francisco de Assis o confessa, em carta enviada ao presidente da Funai, dia 19 de maio de 1982.

Em resposta à acusação de desonestidade, contida no Processo Funai/BSB/0160/82, por ter emitido a nota fiscal "fria" nº 000024/80, no valor de Cr\$ 297.500,00, o funcionário justifica-se da seguinte maneira:

1) Diz que a despesa foi efetivamente realizada, à conta de serviços de terceiros, através de quatro vãos fretados no trecho Aragarças/PI Leonardo/Aragarças, para o transporte de combustíveis e gêneros alimentícios, ao custo de Cr\$ 80 mil.

2) Afirma que o saldo de Cr\$ 217.500,00 foi gasto com a aquisição de 600 litros de gasolina,

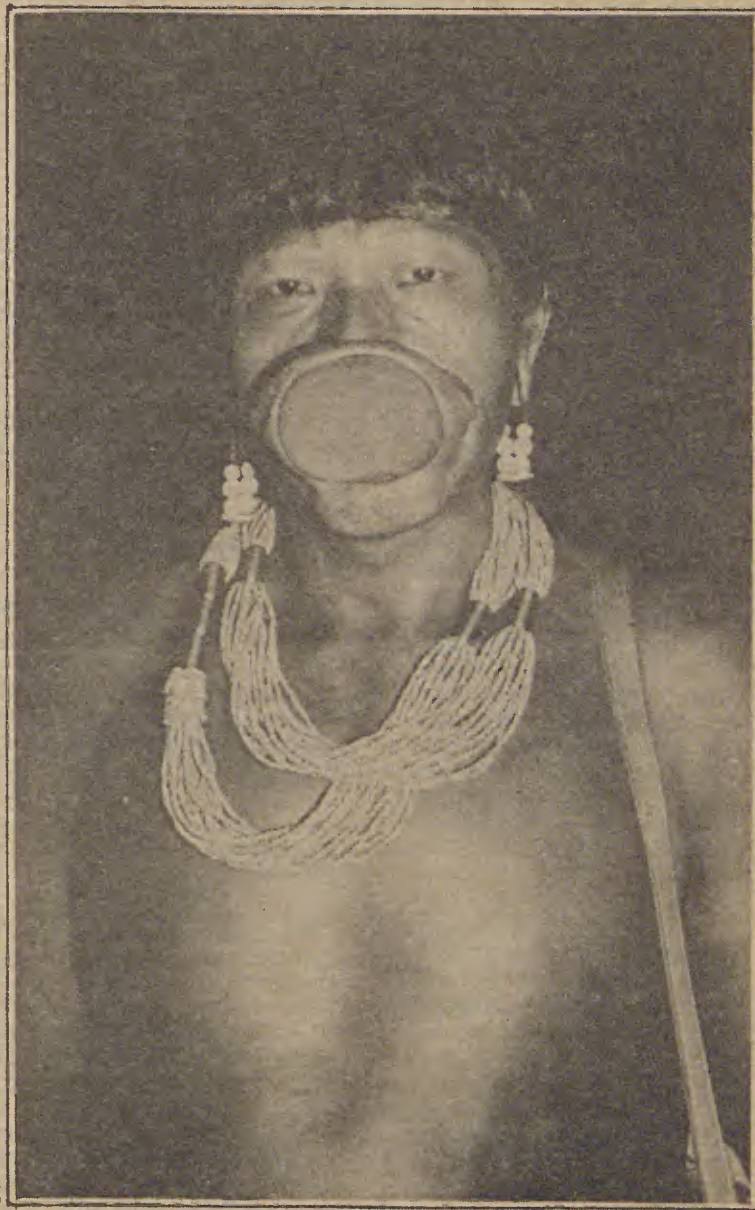
seis tambores de plástico, de cem litros cada, e gêneros alimentícios. Então, confessa, "preocupado com a diferença de Cr\$ 80 mil, gastos com serviços de terceiros, procurei o Chefe do Setor Administrativo da AJABAG (Ajudância de Barra do Garças) e expus-lhe a minha dificuldade em comprovar as despesas...". Na oportunidade, esse superior de Francisco de Assis apresentou-lhe um certo Flores, que "sollicitamente prontificou-se a resolver o problema", fornecendo-lhe a nota fiscal da firma "Agricultora Ltda.". "De posse da referida Nota — frisa o sertanista —, inutilizei os comprovantes da despesa de Cr\$ 217.500,00 vez que acreditava estar de posse de documento hábil para comprovação".

Como se não bastasse história tão inverossímil, Francisco de Assis da Silva ainda tripudia sobre a inteligência alheia: "Admito escrevi ele — que posso ter errado na preocupação de formalizar as despesas, mas tenho a consciência tranqüila de que não cometi nenhuma desonestidade, ao contrário, se errei, foi por excesso de zelo". E, impavidamente, admite: "Entretanto, estou pronto a proceder à devolução correspondente, caso entenda (SIC) os setores especializados da Funai". Foi justamente o que os seto-

res especializados da Funai entenderam. Através da Informação nº 161/PJ/82, a Procuradoria Jurídica da Funai opinou que "a validade legal de tal documento é nenhuma" e determinou que Francisco de Assis da Silva devolvesse aos cofres do órgão a importância de Cr\$ 297.500,00 e fosse dispensado de suas funções.

"...parece da maior gravidade, a qualquer título — assinalou a Procuradoria Jurídica da Funai —, que um Agente da Administração Pública, como é o caso, procure junto a um comerciante arranjar documento, com a finalidade de satisfazer a uma prestação de conta e, pior do que isto, ainda confesse que entende haver agido com excesso de zelo, honestidade e boa-fé. Se entendimento desta natureza passar a ser a regra na Administração Pública, vai ser difícil encontrar um abismo em que caiba o seu descalabro".

Perdoado pelo coronel Paulo Leal, o ex-diretor do Parque do Xingu não devolveu um centavo do dinheiro público que malversou, tendo esperado quase sete meses para ser dispensado de suas funções. Em compensação — um prêmio à impunidade! — ganhou a direção do Parque Indígena do Aripuanã e um diploma de benemérito indigenista da Funai.



Paulo Sues

Raoni, um dos supostos "eleitores" de Romero, denunciou o autoritarismo do "promovido" Chico

GOIÁS

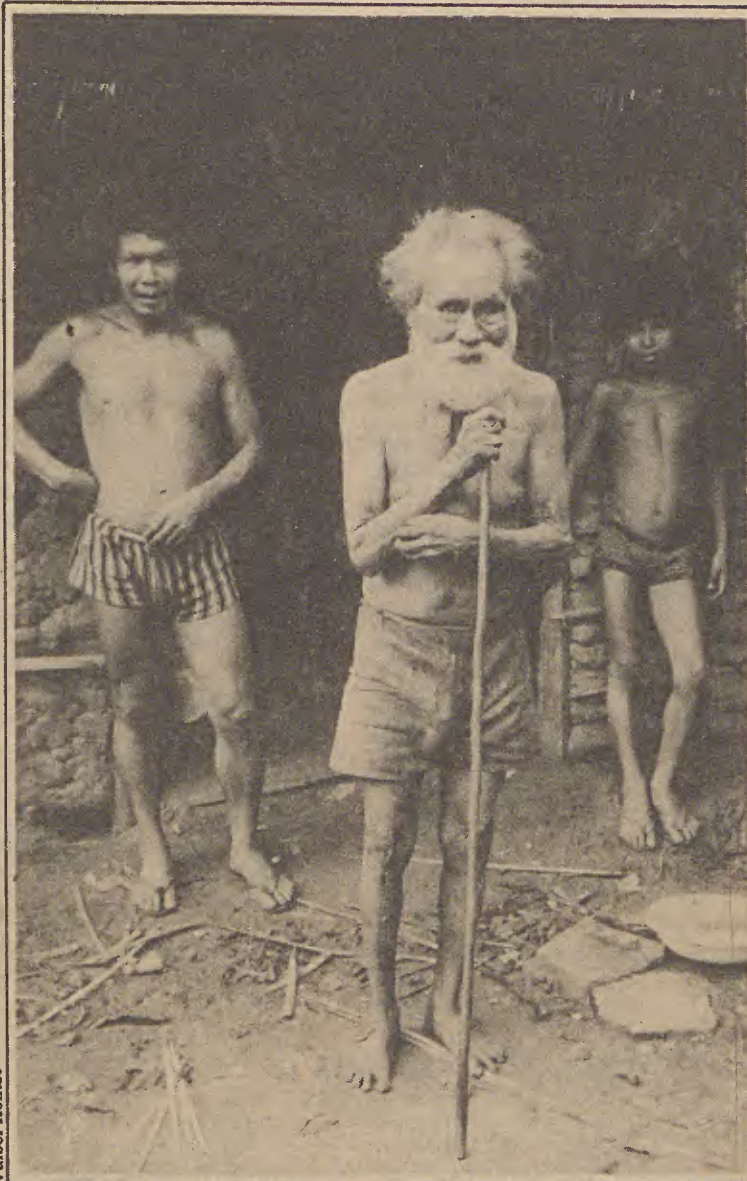
Visões de um velho Apinayé

Os Apinayé — assim como os Krikati, os Krahô, os Gavião — fazem parte da família Jê e falam uma língua do grupo Timbira. Habitam no extremo-norte de Goiás, a mais ou menos 15 km da cidade de Tocantinópolis, em duas aldeias: São José (350 pessoas) e Mariazinha (120 pessoas). Seu primeiro contato com a sociedade nacional data de fins do século XVIII, quando constituíam uma população de cinco mil pessoas. Visitados na década de 1920 pelo etnólogo Curt Nimuendajú, eles estavam reduzidos a 150 pessoas. Mas a resistência cultural dos Apinayé foi mais forte do que as previsões daqueles que achavam que eles se extinguiriam completamente em poucos anos.

Atualmente, com uma população de cerca de 500 pessoas, os Apinayé vivem da agricultura de subsistência, da caça e da extração da castanha do babaçu, esta comercializada pelo Posto Indígena da Funai instalado na Aldeia Mariazinha.

A partir de 1979, a Diocese de Tocantinópolis, que atuava esporadicamente, marcou uma presença missionária mais ativa entre os Apinayé. Em 1980, a Missão Evangélica Novas Tribos assumiu a responsabilidade pela escola da Aldeia São José. Os índios, tradicionalmente ligados à Igreja Católica, continuaram, porém, solicitando os trabalhos dos padres e catequistas diocesanos. Mais recentemente, a Diocese, preocupada com uma missão mais consistente, que não se resumisse à sacramentalização, solicitou a presença missionária do Cimi Regional do Maranhão e Goiás junto aos Apinayé.

A entrevista reproduzida abaixo foi realizada em outubro do ano passado, na Aldeia São José, pelo missionário Válber Kontsó, integrante da Missão Timbira, que, além dos Apinayé, também inclui outros grupos de língua Timbira: Canela, Krikati e Gavião, no Maranhão; Krahô, em Goiás; e Gavião, no Pará.



Krampej: 110 anos de sabedoria e resistência.

da Aldeia São José) e aí apareceu o Zezús (Jesus) pra mim. Pensei que fosse um Kupe. Mas era diferente. Então, fiquei com medo e queria ir embora. Mas ele chamou e falou que não precisava ter medo dele, era o Zezús. Não teve mais medo e foi pra perto dele. Falou assim pra mim: "Cês vão plantá as coisas pro-cês, pra num faltá os legumes, muita roça, porque vai chegá muita carestia e num vai podê comprá".

Parecia ter terminado aí a descrição do quadro visionário. De fato, esse é o conteúdo da mensagem que ele diz ter recebido e quer transmitir. É uma forma ao modo cultural indígena (em geral) de fazer aconselhamento, orientação e ensinar. A partir do conteúdo-mensagem — aos menos avisados parecendo desligar-se despropositadamente do elemento visionário — ele vai buscar na realidade e na experiência dados e fatos concretos que comprovam a verdade da transmissão correta de um conselho emanado do sobrenatural.

— Pois é, a carestia vai ser grande. Já é grande. O dinheiro da aposentadoria num compra nada. Eu quis até dispensar. Aí me faláro que num deixasse, não, porque tá tudo caro pra todo mundo. Num vai ser difícil só pro índio. Pros pobre também. Num vai ter com que comprá nem roupa. Vai ter que botá uma tirinha na cintura, igual nossos antigo. Aí o senhor vai chegá e perguntá pra ele: "Por que vocês tão assim?" E eles vão respondê: "E porque num tem dinheiro pra comprá com que vestir". E o senhor vai concordar. E assim mesmo!

E Krampej conclui:

— Eu gosta muita dos pobres. É igual com nós. A gente chega no casinha dele, aí tá plicando fumo e oferece pra fazer cigarrinho também. Se tem farinha, só, também oferece.

Tendo parado de falar, não resisti e lhe perguntei à queima-roupa: "E os ricos?" e Krampej: "O rico só qué tudo pra ele". E dá uma risadinha descontrada.

A conversa continua. Novas histórias aparecem. É preciso interromper, quando o tempo é exíguo. Mas, para Krampej, o tempo é um só. Nunca pergunta pelas horas, se é manhã, tarde ou noite. Só depende do interlocutor se é tempo de ouvir ou de ir embora. Mas sempre dá pena ter de interrompê-lo, com as desculpas de sempre, e dizer: "Pa ma tẽ" (Vou andar). (Válber Kontsó)

Krampej, velho, sábio e profeta, é uma história viva dos Apinayé. Outrora, os Apinayé eram um grande povo dos chamados Timbira Ocidentais, até que chegaram à quase completa dizimação; primeiro, pelo enfrentamento de muitas investidas dos aguerridos Kayapó; depois, pela "domação" imposta pelos Kupe (brancos-cristãos), recebidos amigavelmente.

Krampej foi chefe (pa'i) durante muitos anos. Segundo Krepa'i (o velho Chiquinho), Krampej já tem 110 anos. Centenário (comprovadamente, por dados aproximativos de datas, pessoas e acontecimentos, citados por ele em suas histórias), já cego, Krampej é um retrato do seu próprio povo. Fala pausada, meio cansada, ele narra o seu passado e o do seu povo, como se fossem uma mesma coisa.

— O Belém!... O Belém era bom! Mandava de tudo para nós. Mas os encarregado ficava pra ele. Com pouco saía daqui rico.

O grande centro mais próximo, com quem mantinham relações, desde que foram contatados, era a capital do Pará. Os Apinayé ficaram, assim, por muito tempo, protegidos pelo governo de Be-

lém, que é evocado desse modo, com boas recordações.

Com uma voz diferente, choramingosa, mas com muita vivacidade, Krampej imagina um encarregado dos índios fazendo por eles uma solicitação ao governo:

— Os Pinajé tá precisando de tudo. São pobres. Manda coisinha pra ele. Manda dinheiro pros precisão dele.

Faz uma pausa e conclui:

— O Belém mandava. Mas nós num recebía nada...

Referindo-se indistintamente aos que vinham ao seu povo em nome do governo, como "cristãos", diz assim:

— O que vinham no nome do Deus num fazia coisa boa pra nós.

No entanto, com satisfação e sorrindo, fala com a boca cheia:

— Mas o Belém, sim, o Belém era bom! Bom pra índio...

Ao falar do presente, Krampej assume uma postura de quem não vê muito claro o caminho a seguir. Suas idéias parecem, às vezes,

confusas, quando emite algum parecer; sua postura é indefinida, sua voz é bem menos firme. Ora faz perguntas, ora expressa dúvidas. Mostra-se um pouco queixoso com relação aos funcionários, sem, porém, entristecer-se, sem ficar aborrecido, nem amargurado. Mas sua visão realista acerca da decadência cultural do seu povo é de bastante evidência, sobretudo quando se refere ao aspecto mais nitidamente religioso:

— Os Pinajé num sabe mais contá os canto nosso. Esqueceu tudo antigo. Num tem tocador e cantador, num tem quem ensina criança. Aí num pode ficá assim sem nada. Por isso que eu gosta de vim padre pra ensiná os canto do cristão, seu reza... pra num ficá aí que nem bicho, sem saber rezá, sem saber cantá.

E, porém, numa linguagem visionária e profética que Krampej csegue melhor explicar o presente, relacionando-o com o futuro, de tal forma que este não é para ele algo distante e imprevisível ou inusitado, mas

simplesmente a projeção de um quadro de descrição da realidade; esse futuro torna-se, ao mesmo tempo, um dado com que ele procura alertar para as consequências inevitáveis dos acontecimentos que estão conduzindo tal realidade, como ele a vê.

Ele começa com uma simples pergunta, parecendo ser apenas de mera curiosidade ou por falta de assunto para iniciar a conversa:

— Tem alguma guerra? Não? E aquela dos americanos? Então aqui perto num tem guerra, agora? Mas vai ter... se a carestia continuar aumentando, eh!

Faz uma pequena pausa, ajeita-se melhor sobre a esteira onde está assentado (no mesmo lugar onde dorme, num canto escuro de uma velha casa e tendo a esposa sempre a seu lado, acompanhando tudo, às vezes intervindo com alguma observação), e põe-se a contar:

— Um dia, eu tava lá na estrada (Transamazônica — que passa a três quilômetros

Válber Kontsó

ESPÍRITO SANTO

Oleoduto na área Guarani

Nos primeiros dias de 1983, os Guarani da aldeia Boa Esperança, no Espírito Santo, foram surpreendidos pelo barulho das máquinas das firmas Conduto, de Porto Alegre (RS), e Transpiratininga, de São Caetano do Sul (SP), encarregadas pela Petrobrás de construir um oleoduto ligando o porto de Tubarão, em Vitória, a São Mateus, no norte do estado, onde há extração de petróleo. São cerca de 250 km de extensão.

Como acontece em outras regiões do País, os Guarani foram "contemplados" com mais uma obra do "progresso", como se já não bastassem a Aracruz Celulose S.A., com suas subsidiárias, e a ameaça de construção da quarta usina nuclear, a poucos quilômetros da aldeia.

A resistência dos Guarani a esta invasão começou em maio do ano passado, quando surgiram os primeiros estudos para a construção do oleoduto. Assustados com as flechas dos índios, os trabalhadores paralisaram os trabalhos de medição. O chefe do P.I. de Caleiras Velhas, Oduvaldo Girão Mota, foi chamado para anular a revolta dos índios com promessas de indenização, mas não obteve êxito. Os Guarani exigiram uma reunião dentro da aldeia com o engenheiro responsável pela obra, para explicar à comunidade os objetivos da medição. O engenheiro explicou que se tratava apenas de estudos e prometeu desviar o traçado do oleoduto para não prejudicar os índios. Uma pequena vitória que durou apenas sete meses.

Prevenido nova resistência dos Guarani, as firmas Conduto e Transpiratininga iniciaram os trabalhos de perfuração e colocação dos tubos, na surdina e apoiados novamente pelo chefe do posto da Funai, conseguindo assim desmobilizar os índios.

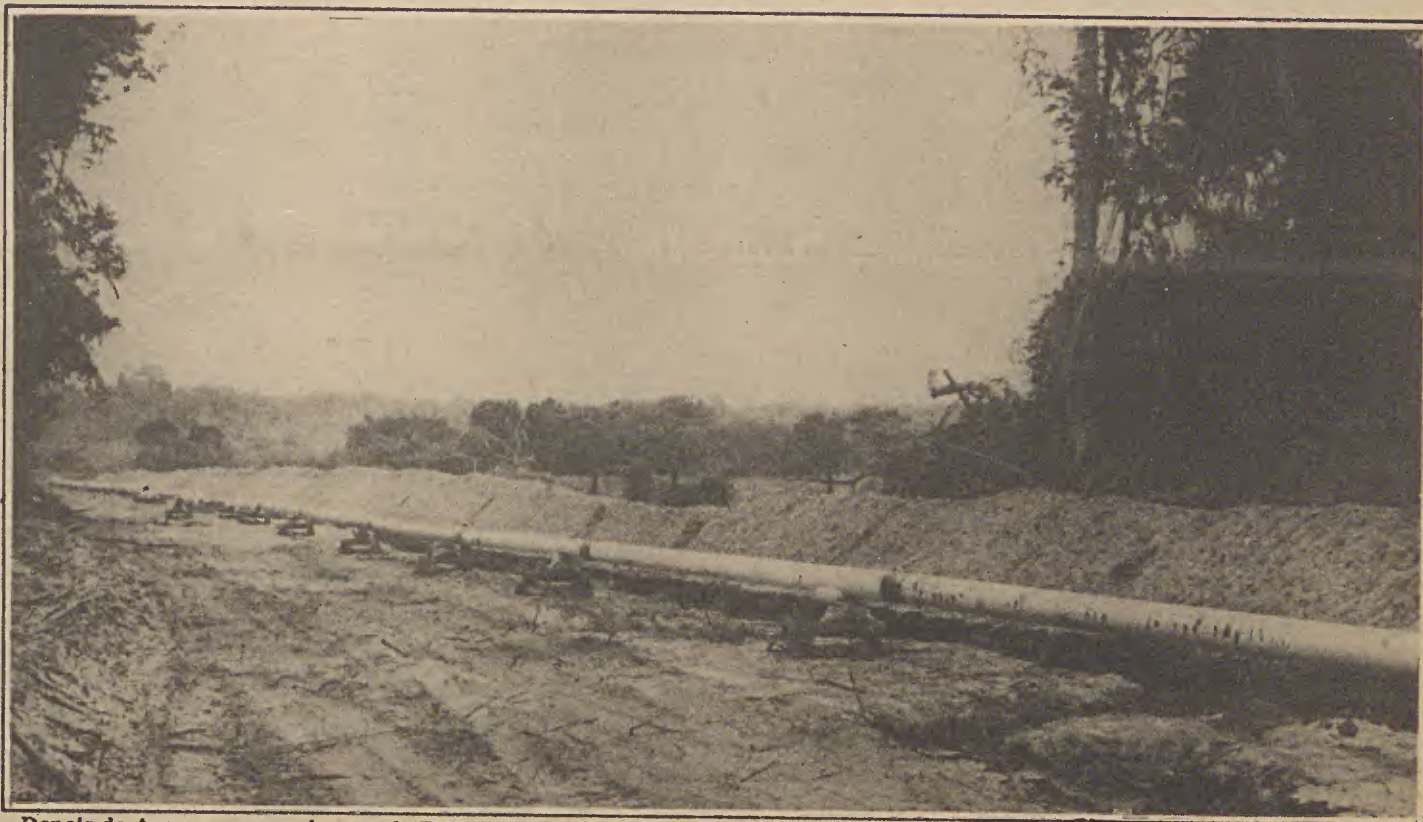
"A Petrobrás é órgão federal. Os índios não têm o direito, nem meios, para impedir uma obra do Governo", disse ele.

Assustados e sem forças para resistir, os índios argumentaram, sem resultado, que "nossa área também é federal e já foi demarcada pelo Governo".

O prejuízo dos Guarani foi enorme. A maior área para plantio que eles já conseguiram preparar até hoje, inclusive com o uso de um trator alugado, foi totalmente destruída e dificilmente será recuperada.

A cerca do pasto foi derrubada e o gado anda solto pela estrada. Em "compensação", foram oferecidas 5 (cinco) vagas para os índios como vigias noturnos, cada um ganhando Cr\$ 15 mil por semana.

Triste sina dos Guarani que já tiveram sua área reduzida pela Funai em acordo com a Aracruz Celulose S.A., em maio de 1981, e agora violada novamente com a participação do órgão tutor. Um perigoso precedente para que ocorram novas agressões. Áreas indígenas demarcadas e registradas no Serviço de Patrimônio da União (SPU), como é o caso da área ocupada pelos Guarani do Espírito Santo, continuam vulneráveis aos interesses de grupos econômicos, oficiais ou particulares. (Fábio Villas)



Depois da Aracruz, agora é a vez da Petrobrás invadir as terras dos Guarani, com um oleoduto que destrói as áreas de plantio.

No Sul, a Funai divide para reinar

O conflito que agitou a Reserva Indígena de Guarita, localizada no município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, nos últimos dias do mês de janeiro deste ano, foi resultado direto da incompetência da FUNAI para tratar as questões indígenas.

Os interesses econômicos regionais, ligados à atividade agrícola e à extração de madeira, e ainda a corrupção de lideranças indígenas, ocasionaram a crise de Guarita.

No dia 24 de janeiro último, o Conselho Indígena da Reserva de Guarita, o qual é composto pelos Kaingang e Guarani que nela habitam, se reuniu e destituiu o cacique Ivo Ribeiro Sales, que, desde sua posse, há seis meses, era acusado de tratar violentamente índios presos, amarrando-os a tocos e aplicando-lhes grandes surras, tendo inclusive maltratado uma criança. As prisões efetuadas por Ivo e seus comparsas eram parte de um método repressivo utilizado por ele para amedrontar os índios que denunciavam suas arbitrariedades, as quais lesavam o patrimônio indígena, por meio de arrendamentos de terra ou do corte ilícito de madeira, num desrespeito flagrante ao Estatuto do Índio, com a cumplicidade da Funai, que autoriza tais descabros.

Ivo Sales não reconheceu a decisão do Conselho e armou seus correligionários com facas, porretes e até mesmo armas de fogo, exigindo uma decisão por "voto aberto" de todos os índios, pois estava certo de poder vencer pelo terror.

Como o Conselho, ao destituir Ivo Sales, nomeara para seu posto o índio Domingos Ribeiro, este aglutinou a seu redor a oposição ao antigo cacique, contando inclusive com o apoio do também ex-cacique Sebastião Alfalate.

Ivo chegou a prender todos os índios descontentes que se aproximaram do Posto da Funai, inclusive Alfalate. Depois foram libertados, mas se criou um clima de terror e tensão, que resultou no êxodo de 300 índios que se refugiaram na Igreja de Miraguai. Outros 60 índios desta mesma facção, liderados por Domingos Ribeiro, vieram a Porto Alegre para pedir a mediação da Funai. O procurador da Funai, Afonso Augusto de Moraes, prometeu então ir à reserva tentar um acordo e garantiu a segurança do grupo de Domingos, com apoio da Polícia Federal, embora os índios sejam hostis à PF, desde os últimos choques ocorridos com ela por causa de questões de terra. Naqueles mesmos dias, o chefe do posto, Rui Cotrim Guimarães, reiterava que a Funai não interferiria na área, enquanto o prefeito de Miraguai, Leodi de Almeida, revelava que Ivo insistia na questão do "voto aberto", dizendo que a decisão do Conselho "não tem o mínimo valor" e pedindo que a Polícia Federal trouxesse de volta os índios acampados em Miraguai.

No dia 28 de janeiro, a perspectiva da mediação pela Funai acalmou os ânimos, mas levantamentos da imprensa revelaram que apenas 1.000 dos 6.500 índios da reserva participavam ativamente do conflito, sendo que os restantes temiam violências de parte a parte.

O procurador da Funai se comprometeu então a pedir a Ivo que não cometesse mais violências.

No dia 29, o procurador se reuniu com Ivo e Domingos, mas a intransigência de ambos impediu qualquer solução. Mesmo porque as soluções apresentadas eram bastante ruins e limitadas. A primeira propunha que, mediante uma intervenção temporária da Funai, fossem tirados de ação, por algum tempo, os líderes de cada um dos grupos. A segunda proposta era de que os dois caciques cumprissem mandatos ao mesmo tempo, ou seja, defendia a divisão territorial da reserva. Esta segunda proposta veio se revelar, dias mais tarde, como a "solução" para o conflito.

Dessa maneira, a Funai conseguiu institucionalizar a beligerância, sob a égide de um coerente "porrete de paz", chegando ao cúmulo de, ao invés de procurar tirar da área os não-índios e fiscalizar com rigidez o corte da madeira, socorrer-se do servidor Lidio Della Betta, ex-chefe de posto em Nonoai, de onde foi transferido justamente devido a um processo por envolvimento no comércio ilegal de madeira.

A corrupção de lideranças indígenas e funcionários da Funai, não só em Guarita como em muitas outras reservas, demonstra o caráter da política indigenista oficial, envolvida com os interesses econômicos e políticos dos não-índios, e que procura seduzir materialmente as lideranças, as quais se afastam de suas comunidades, transformando-se em meros fantoches.

O aspecto econômico da questão fica patente nas declarações de Valter Irber, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, que acompanha de perto as relações entre a Funai, os índios e os grandes proprietários da terra. Ele conta que "o problema da disputa do posto de cacique envolve uma questão econômica, já que a área é muito rica em madeira, além de ser terra fértil para plantio. Como os índios não a trabalham os grandes proprietários arrendam a área, por preços bem acessíveis, de Cr\$ 10.000,00 por hectare". (É notória a presença de grandes posseiros na área, como Scharneski, Roewere e outros).

"Este tipo de negócio — assegurou o sindicalista — é proibido pelo Estatuto do Índio, mas a própria Funai autoriza a transação".

Na sua opinião, "a Funai também não permite ao índio que ele se desenvolva fora de sua tutela".

Irber vai mais longe nas suas considerações, ao afirmar que "o grande problema é o fato de eles estarem copiando o sistema de vida dos brancos, entrando para o sistema de competição e utilizando a repressão e a hierarquia para manter o controle da reserva. Eles terminam por não se preocupar nem mesmo com o desmatamento feito em suas áreas, conforme já foi denunciado pelo sindicato. Não desenvolvem atividades primárias para o seu sustento e também não recebem recursos ou financiamento para desenvolver a agricultura".

(Armando De Negri Filho)

PESSOAS & CONFLITOS

Inkra invade terra Apurinã

Com data de 14 de março, cinco tuxauas Apurinã escreveram ao Cimi a seguinte carta:

"Os Apurinã de Lábrea (AM), aldeia do Caititu, estão preocupados. O Incra está acabando com as terras dos índios. Cortou a área, a partir do Km 20, com mais de oito piques. Os Apurinã já colocaram sinal avisando que não estão contentes. No dia 14 de março, toda a comunidade procurou a Funai e o Incra para dizer o seguinte:

"1º - Terra de Apurinã mede 30 Km por 30 Km, não aceita terra pequena não; 2º - Apurinã não quer a presença do Incra na área de jeito nenhum; 3º - Apurinã pede à Funai a demarcação urgente da sua área".

Assinam os tuxauas Moacir Silva dos Santos, Agostinho Mulato dos Santos, Raimundo Mulato Apurinã, Francisco Luís da Silva Apurinã e Francisco Ferreira da Silva.

A nova invasão oficial da terra indígena, perpetrada pelo Incra, começou no Km 20 da estrada Lábrea-Humaitá. A reação imediata dos Apurinã foi colocar um sinal de advertência num dos vários piques abertos pelo Incra. Além disso, dia 14 de março eles foram até a sede do Incra, em Lábrea, acompanhados pelo representante da Funai na região, Sr. Agildo. Como não podia deixar de ser, surgiu o velho "jogo de empurra": o Incra acusa a Funai de omissão, por não se haver manifestado oficialmente sobre a propriedade indígena na área.

Os conflitos por causa da terra dos Apurinã vêm desde 1979, repetindo-se até hoje sem que nenhuma autoridade tome qualquer providência. Para evitar problemas mais graves, os Apurinã voltaram a insistir com a Funai para que proceda urgentemente à demarcação definitiva de suas terras.



"Apurinã não quer a presença do Incra na área de jeito nenhum"

Makuxi interpelam coronel-presidente

Senhor Presidente, queremos saber se realmente a Funai recebe impostos dos fazendeiros, pois não temos certeza se é verdade ou não, porque querem expulsar os índios das áreas dizendo ser donos e que pagaram tais impostos. Esta é uma das queixas contidas na carta que sete líderes indígenas da Aldeia Vista Alegre (Makuxi), em Roraima, escreveram ao coronel Paulo Leal, presidente da Funai, com data de 28 de fevereiro.

Os Makuxi, da região dos rios Cotingo e Maú, reclamam que sua área não foi definida nem demarcada e que não querem "continuar sofrendo pressões e agüentando encrenca dos fazendeiros".

"Somos pobres", dizem na carta. "Nosso viver é somente de caça e de pesca e algumas pequenas criações, mas os fazendeiros não querem deixar fazer nada, chegam de longe não sabemos de onde vieram e fazem suas casas e depois ficam proibindo os índios de caçar e pescar dentro de nossa área, aonde temos casa e vivemos, mas sem paz".

Depois de lembrar que naquela região são "mais de 30 tuxauas representantes de



Fazendeiro toma terra e Makuxi vira peão

Cris Queiroz

comunidades", os signatários acusam os fazendeiros de fazer ameaças, "prometendo bater e expulsar de nossos lugares, cercando aonde pescamos e caçamos e fazemos nossas roças". E perguntam: "De que vamos viver? Aonde vamos morar? Aonde irá ficar nossos filhos? E como vão poder viver?"

OS NOMES AOS DONOS DOS BOIS

Os líderes Makuxi

apontam, em seguida, os nomes de "alguns fazendeiros que mais nos prejudicam": Dandanzinho (Fazenda Caçada Real); Jair (Fazenda São Jorge); Caboclo Mota (Lembrança); Totinho Pereira (Progresso); Ernesto Costa (Perfeição); João Cabral (Tucunaré); Deolinda (Feliz Encontro) Tuxaua Pereira (Baliza); Dr. Benjamim (Juazeiro); Jesus Cruz (Viaquário) Sebastião Peixoto (Cruzeiro); Francisco Leite (Nascente); e Chagas Pereira (Santa Maria).

Finalizando sua carta, os Makuxi lembram que, para atestar a antiguidade de seus direitos, existe, na região do Limão, no encontro do rio Cotingo com o Surumu, uma placa com os seguintes dizeres: "Ministério da Agricultura e Indústria e Comércio. Serviço de Proteção aos Índios. Inspeção no Amazonas e Acre. Terra reservada para domínio e aproveitamento dos índios Makuxi e Jaricuna. Lei Estadual nº 941 de 16 de outubro de 1917".

A carta dos Makuxi ao coronel Leal é assinada por Agostinho Paulino, André Trajano, Cristóvão da Silva, Bento Adelino Peres, Bento Alfredo da Silva, Waldir Tobias e Nazareno Servino.

Na Bahia, a fome leva os Pataxó ao desespero

A situação dos Pataxó — Há-Hã-Hãe em Pau Brasil, na Bahia, continua crítica. Depois das violências cometidas pela Funai contra este povo, principalmente o degredo para Almada (Ver PORANTIM nºs 44 a 48), a fome é a consequência mais sentida em todos os lares. Após a volta de Almada, a Funai teve que continuar distribuindo rações alimentares aos Há-Hã-Hãe, que estiveram impossibilitados, nesse período, de cultivar suas próprias roças. Já há algumas semanas, porém, as rações vêm sendo reduzidas, o que tem gerado atritos gra-

ves. Na primeira quinzena de março, até tiro salu em Pau Brasil. O índio Gérson foi reclamar com o chefe do Posto da Funai, Oduvaldo Girão Mota, que o leite distribuído — como, aliás, toda a ração — era insuficiente, e suas crianças estavam passando fome. Na discussão que se seguiu, Girão Mota não teve dúvidas: sacou do revólver e deu dois tiros para o chão, com o objetivo de intimidar o índio. O líder Há-Hã-Hãe Nailton Muniz telefonou, desesperado, para o PORANTIM, fazendo a denúncia e pedindo o apoio da opinião pública.

Uma campanha pelos Waimirí/Atroari

Dentro das comemorações da Semana do Índio, a Prelazia de Itacoatiara e o Regional Norte I do Cimi (Amazonas-Roraima) vão desencadear, a partir de 10 de abril, a campanha Resistência Waimirí/Atroari. A campanha, assumida também pela Arquidiocese de São Paulo — que é "Igreja-irmã" da Prelazia de Itacoatiara, terá início com a distribuição de um livreto em que se conta, resumidamente, a agressão oficial contra esses povos, que tomou proporções de tragédia a partir da abertura da BR-174 (Manaus-Caracará).

Para, se ter, uma idéia, do

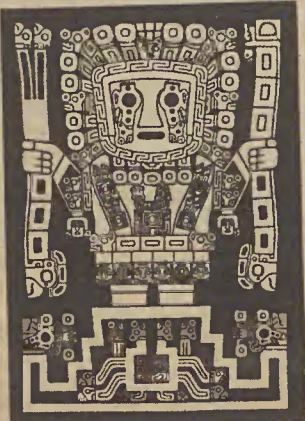
massacre a que foram sujeitos os Waimirí/Atroari, veja-se as estimativas de decréscimo populacional (quefarão parte do livreto), entre 1905 e 1982: 1905 - 6.000 índios; 1968 - 3.000 índios; 1972 - 3.000 índios 1975 - 600 a 1.000 índios; e 1982 - 571 índios.

A Resistência Waimirí-Atroari vai denunciar ainda a campanha que o próprio Exército, encarregado da construção da estrada, fez contra os índios; e mostrará como toda a violência contra esses povos tem, como motivação última, a cobiça por suas terras, riquíssimas em minerais.

II CONGRESSO DO CISA

A AMERÍNDIA

SE ORGANIZA



TIWANAKU
BOLÍVIA

Tiwanaku, fundada há cerca de 25 séculos no coração da hoje chamada América do Sul, foi o cenário escolhido para a realização do II Congresso do CISA - Consejo Indio de Sud América - na primeira quinzena de março. Berço da civilização do *Tawantinsuyu*,

Tiwanaku foi arrasada pelo invasor espanhol.

Hoje, a 70 km de La Paz, encontram-se apenas suas ruínas, junto ao povoado que leva o mesmo nome. Nesse sítio de místicas lembranças, líderes dos povos Aymara e Quéchua receberam a seus irmãos dos países vizinhos para discutir as formas de organização para a Ameríndia.

No centro do pátio, diante dos olhares de todos, o fogo consumiu, em poucos segundos, o mapa político da América do Sul. Desapareciam, assim, por alguns instantes — e apenas simbolicamente — as fronteiras que o invasor europeu implantou, a partir do século XVI, para dividir os povos Aymara, Quéchua, Mapuche, Guaraní e tantos outros que formavam o grande e milenar *Tawantinsuyu*. Próspero Orosco, Quéchua da região de Ayacucho, no “mal chamado Peru”, completou a cerimônia, mostrando aos circunstantes dois outros mapas — um preparado pelo Centro Kolla e outro pelo Cimi — que registram a localização das terras dos povos indígenas, respectivamente na Argentina e no Brasil.

— Nossos mapas devem ser estes — disse Próspero emocionado. *Kausachun Tupac Amaru!*

— *Kausachun!*

Os gritos de *kausachun* e *jallalla* (viva! salve!) — a Tupac Amaru, a Tupac Katari, a Bartolina Sisa, aos Povos Índios — foram uma das poucas unanimidades do II Congresso de Povos e Organizações Indias da América do Sul, que o CISA - Consejo Indio de Sud América — realizou em Tiwanaku, Bolívia, de 6 a 13 de março último.

A mesma unanimidade não se conseguiu para as mais importantes teses do Congresso, como a Ideologia da Indianidade (ver páginas 8 e 9) e a questão do poder político. Os desencontros que foram sendo manifestados desde o primeiro dia, entre representantes da Bolívia e do Peru, de um lado, e os delegados dos demais países — onde, quase sempre, as etnias indígenas são minoria populacional — cristalizaram-se ao final do Congresso, quando deveria ser eleita a nova diretoria do CISA, para um novo triênio.

A grande maioria dos delegados retirou-se de Tiwanaku, na madrugada do dia 13, quando foi sugerido, como novo coordenador-geral do CISA, o Quéchua Aureliano Turpo, dirigente do Movimento

Indio Pedro Vilca Apaza, de Puno, Peru. Aureliano, 34 anos de idade, professor universitário com diplomas de Sociologia e Ciências da Comunicação, era um dos principais defensores da Ideologia da Indianidade. Com a debandada, os que continuaram em Tiwanaku confirmaram Aureliano como coordenador-geral, elegendo ainda, para secretário, Alberto Escobar, do Paraguai; e, para tesoureiro, o Aymara Ciro Aspi, do Partido Mitka-1 — Movimento Indio Tupac Katari-Um —, da Bolívia.

Por informações que *PO-RANTIM* obteve posteriormente, em telefonemas de Brasília a La Paz, a maioria dos congressistas, que se retirara de Tiwanaku, não reconheceu essa diretoria e, prosseguindo o Congresso na Capital, fez uma nova eleição, escolhendo, para coordenador-geral, o Kolla Asunción Ontiveros, da Argentina; para secretário, o Campa Abel Chapay Miguel, da selva peruana; e, para te-

soureiro, o Mapuche Rosanel Meillamán, do Chile. Esta chapa, segundo as mesmas informações, teria obtido o apoio de alguns setores dos próprios Quéchua e Aymara, como Próspero Orosco, que dirige o MITA — Movimento Indio Tupac Amaru —, e os integrantes da antiga diretoria do CISA: Julio Tumiri Apaza (Aymara, Bolívia) Salvador Palomino Flores ((Quéchua, Peru) e Luis Ticona Mamani (Aymara, Bolívia).

Além desse racha no final, o II Congresso do CISA enfrentou alguns questionamentos de líderes índios da própria Bolívia, que não reconhecem a entidade. E o caso de Genaro Flores, dirigente da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campestinos da Bolívia, e também líder do MRTKA — Movimento Revolucionário Tupac Katari. Genaro Flores, que hoje se locomove numa cadeira de rodas, devido aos ferimentos sofridos durante a resistência ao golpe militar de García

Meza, em 1980 (ver páginas 12 e 13), deu uma entrevista aos jornais de La Paz tachando o Congresso do CISA de “divisionista”, por “divorciar os oprimidos do campo, dos explorados das minas e das cidades” (Presencia, 11-3-83, p. 8). A crítica, generalizada como foi feita, resultou obviamente injusta, em particular para delegações que defendiam exatamente a aliança dos povos índios com todos os demais oprimidos (ver páginas 8 e 9).

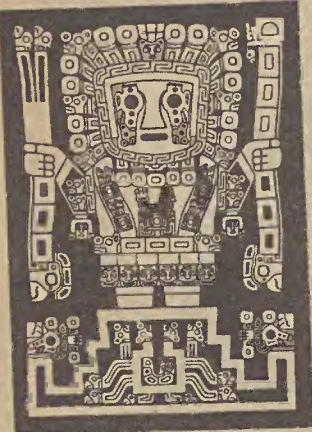
Apesar de todos esses problemas, o II Congresso do CISA teve a grande importância de trazer ao debate, num foro privilegiadamente pluralista, os sofrimentos, as lutas e as formas de organização dos povos indígenas, não apenas da América do Sul, mas ainda das Américas Central e do Norte, e da Europa, de onde vieram vários “delegados fraternais”. O Cimi e o *PO-RANTIM* — assim como outras entidades de apoio à causa

(Continua à pág. 10)



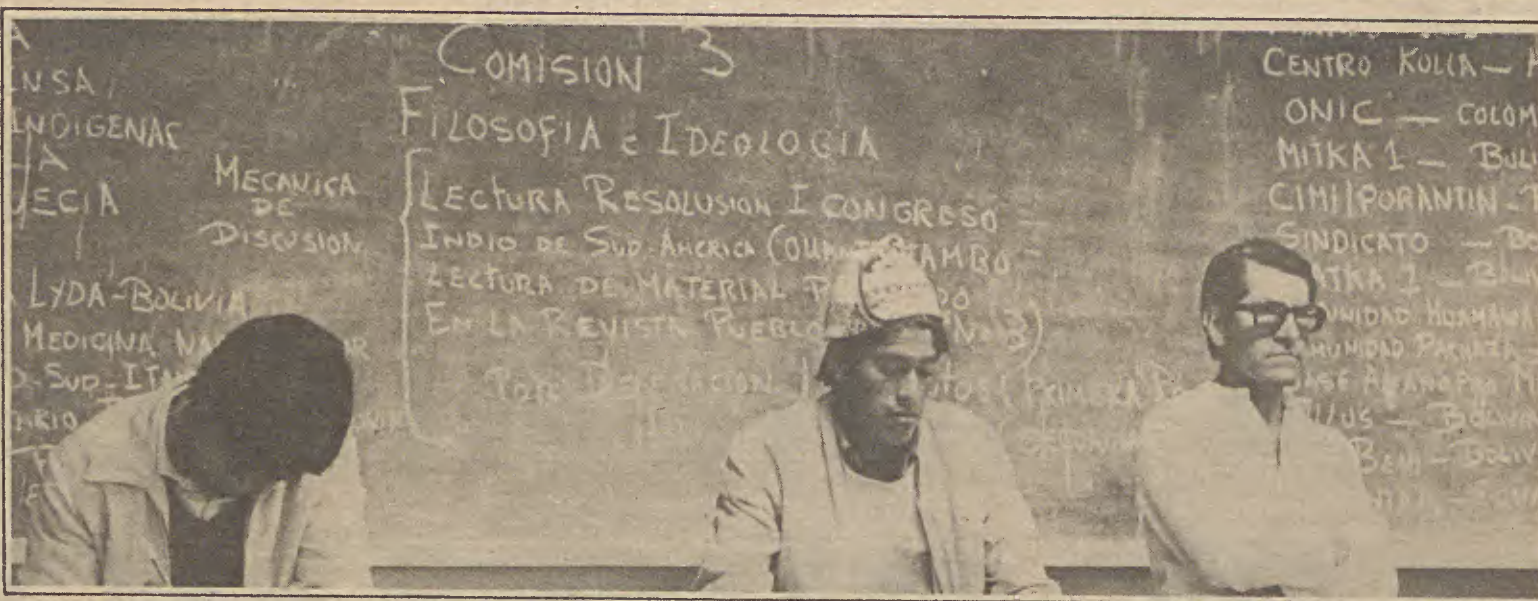
Nas ruas de Tiwanaku, o desfile de abertura do Congresso. (No canto esquerdo, Julio Tumiri, ex-coordenador geral do CISA)

Paulo Sues



**TIWANAKU
BOLÍVIA**

Paulo Sues



Na Comissão nº 3, a mais concorrida, Federico Ontiveros (do Centro Kolla), Ramón Conde (Partido Índio) e Sixto Vásquez (escritor Kolla)

IDEOLOGIA DA INDIANIDADE

O divisor de águas no II Congresso de Povos e Organizações Índias da América do Sul, em Tiwanaku, foi a questão da "ideologia, filosofia e política da Indianidade". Em julho de 1981, o CISA promoveu um seminário sobre esse tema em Cusiviani, na selva peruana, terra do povo Campa. As conclusões do seminário foram divulgadas numa edição especial ("suplemento ideológico") da revista Pueblo Índio, publicação oficial do CISA, que serviu de referência em todas as discussões da Comissão nº 3 e nos plenários do II Congresso.

Resumidamente, os que defendem essa "ideologia da Indianidade" propõem uma reconstrução do Tawantinsuyu, a grande confederação de povos e nações que, segundo eles, abarcaria não apenas a "mal chamada Bolívia" (Kollasuyu) e o "mal chamado Peru" (Kuntisuyu), mas todos os outros atuais países da América do Sul (Abya-Yala), incluindo o Brasil, que estaria localizado no Antisuyu. (O outro suyu é o Chinchaysuyu, compreendendo os países ao norte do Peru.) Mais: a ideologia da Indianidade não se restringiria ao Tawantinsuyu, constituindo, na verdade, uma alternativa para toda a humanidade, que hoje se debate entre o capitalismo e o socialismo. Aliás, os partidos de direita e esquerda são considerados, indistintamente, "branco-facistas, antíndios, racistas descarados e hipócritas" (Tese do Mitka-1 — Movimento Índio Tupac Katari — Um — apresentada ao II Congresso do CISA). A luta indianista não admite qualquer tipo de aliança com os mestiços e os brancos, e visa à tomada do poder pelos índios: "Se com o nome de índios nos subjugaram, com o mesmo nome de índios nos libertaremos", lembra Ramón Conde Mamani, líder do Partido Índio, de Kollasuyu (Bolívia).

Ainda segundo este pensamento, o Tawantinsuyu configuraria uma sociedade sem classes, com administração comunitária e economia coletivista comunitária, não monetária, baseada no sistema de produção dos ayllus. Assim, nunca teria existido um "império incaico", dividido em duas classes, como PORANTIM apresentou em sua última edição, baseado em autores que os indianistas consideram "blancóides opressores".

ENTREVISTADOS

Para ouvir esta posição, PORANTIM entrevistou um representante do Kollasuyu-Bolívia: o deputado Constantino Lima Chávez, Aymara, líder do Mitka-1; e dois representantes do Kuntisuyu-Peru: Próspero Orosco Huaytalla, Quéchua de Ayacucho, dirigente do MITA — Movimento Índio Tupac Amaru; e Aureliano Turpo Choquehuanca, Quéchua de Puno, coordenador-geral do MIPVA — Movimento Índio Pedro Vilca Apaza — e recém-eleito, em Tiwanaku, coordenador-geral do CISA.

Saindo, porém, do eixo Bolívia-Peru, e entrando nos países e nas regiões onde os povos índios são minoritários em relação à população branca e mestiça, encontramos a outra posição, contrária à restauração do Tawantinsuyu. "Na Colômbia, nossos povos nem sabem o que é Tawantinsuyu, declarou, categoricamente, numa sessão plenária, Jesús Avirama, dirigente da ONIC — Organização Nacional Indígena da Colômbia. Além dele, representantes do Equador, Venezuela, Chile, Argentina e Brasil — e ainda os centro-americanos — manifestaram-se contra a radicalidade da ideologia indianista, particularmente no aspecto do rechaço à aliança com os demais setores oprimidos das sociedades nacionais.

PELAS ALIANÇAS

Para apresentar esta outra posição, PORANTIM ouviu Jesus Villalobos, Guajiro da Venezuela, dirigente da Frente pela Defesa dos Direitos Indígenas; Alfredo Viteri, Quichua, coordenador da Confenlae — Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana; e Domingo Hernández Ixcay, Maya-Quiché da Guatemala, membro do CUC — Comitê de Unidade Campesina — e da organização FP-31 — Forças Populares 31 de janeiro.

As seis entrevistas partiram de uma pergunta-base, igual para todos: "A ideologia da Indianidade, que defende a reconstrução do Tawantinsuyu, serve para todos os povos índios da América?"

(Antônio Carlos Moura)



Constantino Lima
(Aymara - Bolívia)

Esta ideologia está colocada, desde 1960, para os povos índios, para todos os povos racialmente discriminados. Depois de vários processos de troca de siglas, atualmente o Indianismo está sendo liderado pelo Mitka-1. Quanto à situação do CISA, estamos lutando para que o CISA reconheça esta ideologia e a faça sua. Mas parece que há muita infiltração das esquerdas. De diferentes países vieram, sumamente preparados para rebater-nos. Não sabemos se vamos conseguir ou não. Estamos seguros de que o marxismo-leninismo está desempenhando um papel preponderante para contrapor-se à nossa ideologia de povos racialmente discriminados.

O mais importante para nós é a reconstrução do grande Tawantinsuyu, é a reconstituição dos estabelecimentos dos ayllus em pleno exercício legal, e mais do que tudo, a tomada do poder político nos países onde somos maioria de índios, ou seja, no Kollasuyu-Bolívia, Peru, Equador, Guatemala e México. cremos que esta ideologia se coloca para todos estes irmãos, fundamentalmente. E os outros irmãos, em países onde há minorias de índios, devemos buscar de forma conjunta a autogestão. Esta é a nossa fundamentação. Ou seja, o que mantêm nossa ideologia é a discriminação racial da qual somos objetos.

Ao falar do Tawantinsuyu, nós estamos nos referindo a todo o território do chamado Sud-Abya-Yala, ou América do Sul. Todo ele. Pois a História está falsificando, está mentindo ao dizer que o Tawantinsuyu eram somente 5 milhões de quilômetros quadrados. Isso é absolutamente falso. Eram cerca de 12 ou 13 milhões de quilômetros quadrados, que constituíam o Tawantinsuyu antes da invasão branca. Então os amazônicos, os Tupi-Guarani

em geral não podem sentir-se isolados.

Nós implantamos o Ama Sua, Ama LLulla, Ama Kella, como constituição política do Estado, agregando-lhe, ademais, Ama Ajlla e Ama Tijlla. Desde este ponto de vista, o racismo nos é totalmente desconhecido. O negro e o branco estão em nosso seio, com a única diferença de que estes amigos devem aceitar nossa lei. Assim aconteceu, faz pouco tempo, na Rodésia. Rodésia deixou de existir e agora é Zimbábue, e o governo negro é quem decide. Isso não é uma utopia, como muitos dizem. Quando nós tivermos o poder político, não haverá mais Bolívia, haverá somente o Kollasuyu e o Tawantinsuyu. O amigo branco e o amigo negro estão em sua casa, aqui. Não vamos discriminá-los como fizeram conosco.



Próspero Orosco
(Quéchua - Peru)

Nossa preocupação é de que a ideologia índia sirva para todos os movimentos índios da América. Não só para Peru e Bolívia, mas para toda a América do Sul e América Continental. Devemos ir aprofundando e desenvolvendo muito mais, para alcançar realmente o conteúdo de nossa ideologia e filosofia da indianidade para os movimentos índios do mundo. Nesses termos, nós estamos nos baseando no que é autenticamente nosso, porque aí está toda a nossa sabedoria e o nosso coletivismo comunitário do passado, do presente e do futuro, para oferecer uma alternativa à humanidade, ao mundo que está nessa expectativa.

Com as minorias indígenas, o processo é totalmente igual. Sucede que elas são minorias por terem sido vítimas de matanças. Majoritários somos Peru, Bolívia, Equador, Guatemala... porque nossos avós resistiram e, por causa de sua resistência, hoje somos milhões, e é por isso que

nossa ideologia está viva. Por isso estamos de acordo em todas as coisas. Não podemos nos dividir, porque os invasores estão atentos a estas coisas. Nossos irmãos índios que são minoritários têm sua organização própria, têm seu costume, têm toda a sua tradição e compartilham nossa filosofia índia. Por isso, estamos aqui com eles. Acatamos os Mapuche, acatamos os Kolla e todas as nacionalidades. Não há muitas brigas, como entre os partidos brancos. Espero que seu jornal transmita esta nossa mensagem como uma alternativa para o mundo.



Aureliano Turpo
(Quéchua - Peru)

Agradeço esta oportunidade para poder dizer o que nós pensamos sobre a Indianidade ou o Indianismo. Em 1980, em Ollantaytambo, Peru, em nosso I Encontro de Movimentos Índios, havíamos sancionado o Indianismo como uma categoria central da filosofia e da ideologia do pensamento índio. Nós assumimos esta ideologia como resposta às ideologias extracontinentais. Pensamos que o equilíbrio cósmico e o equilíbrio em que se resume o Indianismo são uma inter-relação, são a expressão, precisamente, disso que procuramos para recusar o individualismo, a discriminação, a depredação da natureza.

Pensamos que o Indianismo, como doutrina política, visa, antes de mais nada, à tomada do poder nos países onde somos maioria. Mas não podemos dizer que é válido apenas para esses países. Antes, o Indianismo deve converter-se na nova alternativa para a humanidade. Porque o Indianismo resume esse equilíbrio cósmico que se reflete em todo esse equilíbrio harmônico entre a natureza e o homem. Nós propomos isso como uma alternativa a nível mundial, porque temos visto, ao longo da História, que tanto a filosofia marxista, como a filosofia idealista têm sido apenas a

expressão dos extremos. Não têm sido a unidade, a continuidade e a complementariedade de fatos e fenômenos sociais. É verdade, também, que propomos isto porque entendemos que o mundo, a sociedade, devem reintegrar-se, reincorporar-se, reestruturar-se, para um melhor entendimento entre os seres humanos.

Nos países onde (os índios) são minoria, não quer assumir responsabilmente esta posição, parece-me simplesmente uma falta de entendimento do que significa realmente o Indianismo, como resposta ideológica e política para uma tomada do poder. Pensamos também que esses países onde são minoria têm muita relação com os países ocidentalizados. Claro que isso vem também acompanhado do desenvolvimento do sistema capitalista. Não podemos negar uma realidade. É assim com os irmãos da Venezuela, por exemplo, que colocam toda uma explicação sociológica para sua realidade, a partir das categorias sociais que vêm sendo desenvolvidas, hoje, dentro das concepções filosóficas materialistas.

Esta filosofia, precisamente, baseia-se, de certa forma, nas grandes concepções do cosmos que alguma vez Marx havia tomado em seus estudos, por exemplo, sobre o colonialismo. Cristóbal Tupac Amaru assinala, sobre o colonialismo: "Um povo que se submete a outro povo não é um povo livre". Aqui está contida a essência do pensamento índio sobre o colonialismo. A concepção de como os povos devem desenvolver-se, de como os povos devem ter suas inter-relações.

O Indianismo é uma resposta precisamente às concepções unilaterais do Ocidente. É verdade que o materialismo também procura apresentar-se como alternativa para as sociedades contemporâneas. Mas nós temos que entender que tanto o materialismo como o idealismo são filhos do Ocidente. De uma maneira ou de outra, eles procuram justificar sua presença nestes povos chamados subdesenvolvidos. Nós pensamos, pelo contrário, que são eles os países subdesenvolvidos, com uma ideologia subdesenvolvida. Porque eles nunca entenderam todas as maravilhas deste desenvolvimento natural e histórico dos povos andinos e do povo tawantinsuyano.

Jesús Villalobos (Guajiro - Venezuela)

Aparentemente, esta posição ideológica (reconstrução do Tawantinsuyu) chegou a um momento de dominação, ou seja, está sobre as demais formas de interpretar a luta dos povos indígenas. Creio que é uma posição arrogante, de prepotência, de imposição, sem respeito à autonomia das outras populações indígenas da Bolívia e do Peru e, sobretudo, do resto da América Latina.

Nós partimos da realidade concreta que nós vivemos na Venezuela, dentro de um marco capitalista dependente da grande metrópole norte-americana. Nossas populações indígenas estão imersas dentro dessa realidade. Não podemos estar inventando uma ideologia puramente índia, porque isso será a morte total, o auto-etnocídio de nossas populações. cremos que a ideologia assumida pelos indígenas na Venezuela deve ser uma ideologia de transformação social, com o resto das populações exploradas e oprimidas, por uma verdadeira

libertação nacional e, dentro desta libertação nacional, sejamos respeitados em nossa autonomia e nossa autogestão.

Conforme colocamos em discussão na Comissão nº 3, exige-se, hoje em dia, a autonomia e a autogestão dentro de uma sociedade dependente, onde existem, dentro das populações indígenas, classes sociais. Essa autonomia e essa autodeterminação contribuiriam para não mais submeter nosso povo. Creio também que essa autonomia e autodeterminação se conquistam durante o processo de libertação nacional. Porque, dentro de nosso grupo étnico (Guajiro), na Venezuela, também existem classes sociais exploradoras.

O processo de libertação teria que estar imerso, ademais, num contexto mundial. Teríamos que lutar, começando por onde nós estamos, na Venezuela, para logo irmos nos organizando para romper com todas as estruturas capitalistas internacionais. Esse é o objetivo de todos os povos oprimidos e explorados. Por isso, damos nossa solidariedade a todos os países da América Latina, e sobretudo aos povos da América Central - El Salvador, Guatemala - onde hoje o povo está em armas para derrubar a ditadura e derrubar um sistema de exploração e opróbrio.



Alfredo Viteri
(Quichua - Equador)

Fundamentalmente, consideramos que a filosofia da indianidade, tal como se propõe, é muito abstrata e fora da realidade de cada situação de diferentes países. Neste sentido, tem pouca aplicação para solucionar os problemas dos povos indígenas. Pensamos que a luta indígena nos diferentes países tem que surgir das bases. Uma ideologia, uma política não é produto de uma simples pesquisa histórica. Tem que ser, fundamentalmente, produto de uma experiência, de um conhecimento cabal dos problemas que estamos vivendo os povos indígenas da América do Sul. Nesse sentido, a política da Indianidade apresentada neste Congresso - especialmente por parte de Bolívia e Peru - tem somente um elemento: a investigação histórica. Limita-se apenas a um tipo de lemas, e não a programas e exigências concretas de cada um dos povos indígenas. Esta política e esta ideologia baseiam-se justamente numa questão histórica referente ao Tawantinsuyu - e quer partir do Tawantinsuyu para elaborar todo um processo de solução para os problemas indígenas. Isso é incoerente. Não se pode dizer que o Tawantinsuyu tenha abarcado todos os povos indígenas da América do Sul. É um fato concreto, real, de que os povos indígenas da selva, da bacia amazônica, dos países não-andinos, diferem em sua realidade cultural, em seu modo de ser como povos, como índios; diferem, no próprio meio ambiente, da região andina. E muitos deles não sabem o que é o Tawantinsuyu. Além disso, cada povo tem sua própria história.

Tem seus próprios heróis e sua própria forma de organização. Então não se pode dar soluções aos problemas desses povos partindo de uma única cultura, de um único povo, como era o Quéchuca incaico, ou o Aymara.

Por outro lado, estamos conscientes de que lutamos por uma justiça social, pela igualdade, pela libertação dos oprimidos, para que se condene o racismo concretamente, pela igualdade.

Esta posição (de Bolívia e Peru) me parece, definitivamente, um racismo extremamente perigoso, porque acreditar que vamos elaborar uma ideologia política índia, e que essa ideologia política vai salvar a humanidade - os indígenas e os chamados brancos - isso é um engano agradável que nós próprios podemos cometer. Nós entendemos que os mestiços, os brancos, têm sua própria cultura, sem modo de pensar. Os índios também temos nossa própria ideologia, uma forma de pensar, cultura, costumes etc. O que se precisa é buscar uma integração, é entender-nos como humanos, buscar uma igualdade. Por isso, repito: se elaborarmos uma ideologia política de libertação da humanidade, tem que ter o consenso da humanidade. Uma ideologia política que dê solução aos problemas do mundo ou da sociedade tem que ter o consenso das culturas ou dos povos que compõem esta sociedade. No caso concreto da América, estamos os mestiços e os chamados "brancos", os negros e os índios. Então temos que nos pôr de acordo, para forjar uma filosofia e uma ideologia que saia desse conjunto dos explorados.

Por outro lado, a recuperação do Tawantinsuyu enquanto território, isso é uma utopia que nunca se alcançará. (Sua perda) é um fato lamentável que temos que recordar. Mas, na prática, recuperar o Tawantinsuyu como território, jamais se conseguirá. O que, isto sim, as organizações temos que buscar dentro desta libertação é o resgatável, o recuperável, o praticável, que consideramos valioso, como o comunismo, nossas formas de trabalho. Isso sim, temos que recuperar. Mas o resto - o território da América, de que seja governada por indígenas - me parece totalmente utópico. Eu me sentiria feliz sabendo que meus irmãos índios de diversos países estão participando de um processo de transformação, de mudanças, porque, quando houver transformações e mudanças, nós os indígenas de todos os países vamos ter a oportunidade de reivindicar nossos direitos. Vamos construir, vamos ter essa autodeterminação. Esse é um problema de opressão do sistema. Não tem nada a ver o branco com o índio. E, nesse ponto de vista, nós, do Equador, não estamos de acordo com essa tese apresentada, porque cai no racismo. E a luta indígena é contra o racismo.

Além disso, me parece que há uma confusão: o CISA é uma organização Conselho Índio da América do Sul. É uma organização para procurar buscar um verdadeiro intercâmbio de experiências, uma verdadeira solidariedade entre organizações indígenas, fazer escutar nossa voz com mais força nas organizações internacionais e pelos governos dos diversos países. Por isso, como organização, não pode dirigir uma política. Penso também que não se pode confundir Conselho Índio da América do Sul com "Partido Índio da América do Sul". Porque, neste caso, já estaríamos criando um partido político internacional...



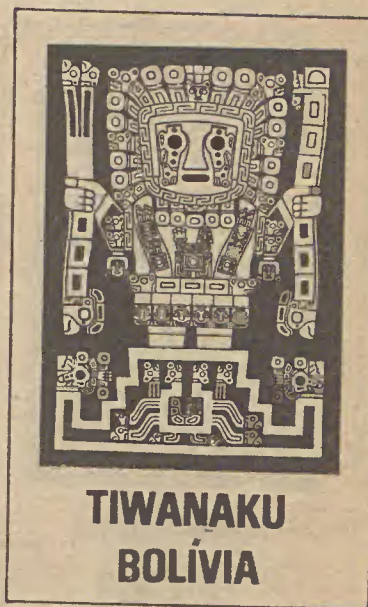
Domingo Ixcoy
(Quiché - Guatemala)

Nós somos índios. E, como índios estamos levando uma guerra em meu País. E a liberdade do índio nós a estamos conquistando junto com a participação do mestiço guatemalteco. Para nós, é absurdo pensar na libertação do índio apenas. Cairíamos no jogo do imperialismo, porque é isso que o imperialismo pretende. Se neste momento, nós, com índios, tivéssemos feito um levante em nosso País, não custaria nada ao governo dos Estados Unidos armar todo o campesinato mestiço da Guatemala para atacar o povo indígena. Seria um grande massacre a que estaríamos expondo todo o nosso povo. Então, para mim, são importantes estas análises da ideologia índia - e eu sou índio e me identifico como índio, sou descendente dos Maya-Quiché mas jamais aceitaria isso.

Nós, como índios, somos amantes da paz. Gostamos da vida comunitária. Gostamos de viver em paz. Gostamos de respeitar todas as pessoas. Então, para nós, na Guatemala, nós demos o passo da unidade. Na Guatemala, desde a conquista espanhola houve vários levantes dos povos índios, como os de Atanasio Tzul (do povo Quiché), creio eu que em 1818; o de Manuel Tot, em Cobán, Alta Verapaz, em 1810; e o de Mafal Batz (estes dois últimos, do povo Kekchí). Eles levantaram o povo índio - e não uma minoria, pois chegaram a levantar até 50 mil, 60 mil índios. Eles nos deram esse exemplo. Esses levantamentos foram esmagados pelos governos. Foi, pois, recolhendo todas essas experiências anteriores, que nos levantamos, neste momento. Mas nos levantamos dentro da unidade.

Isso, porém, não quer dizer que é uma luta de ideologia marxista-leninista, como alguns pretendem chamar. Não é isso. Este é um momento em que, para o nosso povo da Guatemala, a desnutrição, o analfabetismo, a discriminação e a exploração chegaram a um nível insuportável e, por isso, o povo tem que levantar-se. Isso é importante que nossos companheiros entendam: por uma ideologia jamais se pode lutar; essa luta é aniquilada por uma grande repressão. Uma luta se mantém quando as estruturas sociais não respondem às necessidades do povo e o povo se levanta para mudá-las. Isso não quer dizer que seja influência do marxismo-leninismo. Na Guatemala, 80% dos índios não sabem falar o espanhol. Como, então, podem ser influenciados pelo marxismo-leninismo? 80% dos camponeses não sabem ler nem escrever, muitos sequer falam o espanhol. Mas, neste momento, no processo revolucionário de nosso País, eles são os bastiões principais da guerra. E o bastião principal que encontramos em nosso País é a unidade. A unidade entre índios e mestiços.

Há várias alianças: com os mestiços, pela primeira vez, em 1978, quando formamos nossa organização - o CUC - Comitê de Unidade Campesina; nos aliamos com os estudantes, na Frente Es-

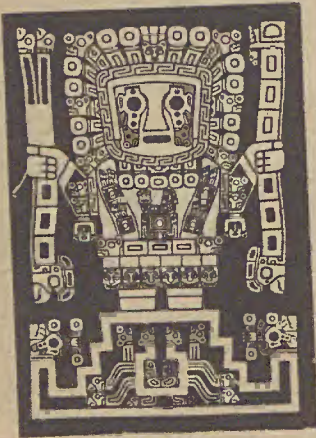


tudentil Revolucionária Rubén García; com os Cristãos Revolucionários; com a Coordenação de Favelados, à qual está incorporada a maioria dos irmãos mestiços. Então, nós temos que fazer alianças.

Na Guatemala, vamos ter participação no Governo, tanto índios como mestiços. E na construção desse poder, não digo que "vamos ter" participação, porque já a estamos tendo neste momento, na guerra. E a participação do índio nas organizações revolucionárias de massas, sua participação nas fileiras das quatro organizações guerrilheiras. E isso vai se dar também na tomada do poder. Essa sua participação não se dá porque seja índio, nem se dá porque seja mestiço; se dá por sua entrega; se dá por sua disciplina, tanto política como militar, na luta na Guatemala.

Agora, para mim, isto que se está tratando no Congresso, para mim é um sonho: Não se conquista uma liberdade dessa forma: se conquista com sangue, com perda de vidas de nossos companheiros. Para nós, na Guatemala, anunciamos a liberdade, anunciamos o fim da opressão em nosso País, anunciamos a conquista de nossos direitos como índios. Mas o fazemos numa guerra; não o fazemos com discursos. Estamos fazendo na prática, neste momento. Então, para mim, os companheiros que neste momento falam da liberdade do índio, é importante que façam muitas análises. Sabes por que digo isso? Porque, para mim, através de um partido político, os índios jamais vamos conquistar o poder. Jamais. Se se permitisse que chegassemos a ter um governo nosso, índio, e chegar ao poder, de que isso nos serviria, se esse governo vai se vender nas mãos dos grandes ricos? E se não se vender, sempre vão matá-lo. Se não o matarem, a própria CIA vai planejar sua derrubada. Que interessa, então entregar o sangue do nosso povo?

Por isso, nós, do Comitê de Unidade Campesina, somos claros quando formamos nossa organização. Não temos nenhuma confiança nos partidos políticos. Por quê? Porque se mostram oportunistas. E também porque, por outro lado, essa gente (dos partidos), quando a repressão baixa muito forte, são os primeiros que vão para o exílio. Então, não respondem a uma conjuntura do povo. O que responde à conjuntura do povo é o camponês, é o operário, que não tem dinheiro, que não tem estudo, e que não pode ir morar num outro país e tem que enfrentar a guerra. Estes são, para nós, os bastiões principais de uma revolução. E aí é que consolidamos nossa luta na Guatemala. E é por isso que ela se mantém.



TIWANAKU BOLÍVIA

(Continuação da pág. 7)

indígena — foram também convidados para participar do Congresso, na mesma qualidade de “delegados fraternais” (com direito a voz, mas não a voto).

DELEGAÇÕES

Da América do Sul, deixaram de comparecer apenas os representantes da Guiana e do Suriname (ex-Guianas Inglesa e Holandesa). Também não houve representação do Uruguai, já que nesse país não existem índios, pelo que se sabe. Participaram, portanto, delegados natos de Kollasuyu-Bolívia (Aymara, Quéchuas e Uru); Kuntisuyu-Peru (Quéchuas, Aymara e Campa); Chile (Mapuche e Aymara); Paraguai (Guaraní); Equador (Quíchuas e Shuar); Colômbia (dirigentes da ONIC e do CRIC); Venezuela (Guajiro) e Brasil (Karajá). Os dois Karajá que foram do Brasil são da Ilha do Bananal e residem atualmente em Brasília, onde estudam. Idjarruri e Olair tinham representação da UNI — União das Nações Indígenas —, mas chegaram somente dia 9 (já no quarto dia do Congresso) e viajaram de volta dia 12 de manhã, antes, portanto, da polêmica eleição. Além da chegada com atraso e da saída antecipada, os Karajá tiveram sua participação prejudicada pela língua: quando falavam, em português, nas comissões e plenários, os demais participantes pediam tradução ao castelhano. Mesmo assim, Idjarruri cuidou de deixar, ao sair, uma carta em que ele e Olair manifestavam sua preocupação com as posições de delegados da Bolívia e do Peru, “próximas do racismo”, insinuando, dessa forma, que a UNI preferiria uma nova direção, para o CISA, como a que veio a ser formada dia 14, em La Paz.

Da América Central, vieram um Maya-Quiché, da Guatemala, e dois Brunka, da Costa Rica — um deles, José Carlos Morales, é o atual presidente do CMPI — Conselho Mundial de Povos Indígenas (ver entrevista à página 11). Havia ainda delegados índios do México, Estados Unidos e Canadá, além de quatro re-



A beira da Lagoinha Verde de Tiwanaku, as delegações se reuniram, na abertura do Congresso

presentantes do Conselho Nórdico, que congrega os Sami, último povo indígena da Europa, vivendo nos países escandinavos.

Entre as várias entidades não-índias que enviaram “delegados fraternais”, estavam a Anistia Internacional (Michael McClintock) e o Serviço de Paz e Justiça (de Adolfo Esquivel, que enviou, como representante, o sacerdote peruano Juan Florencio García), além de repórteres de vários jornais e rádios da América e da Europa.

ABERTURA

A festa de abertura, na manhã do domingo, dia 6, foi, talvez, um dos poucos momentos em que se manifestou a união tão defendida, em todos os discursos do Congresso, e tão difícil de se concretizar. Grupos musicais de diversos lugares da Bolívia e do Peru apresentaram-se pelas ruas de Tiwanaku, à frente dos congressistas, no desfile em direção à Lagoinha Verde. Ali, várias entidades do país anfitrião deram as boas vindas às delegações. Julio Tumiri, presidente do CISA, lembrou que o objetivo do Congresso era “romper esta incomunicação e forjar a unidade de todos os povos índios, e também de todos os explo-

rados e subjugados do mundo inteiro”. As delegações estrangeiras se apresentaram em seguida. Muito aplaudido foi o Sami Leif Halonen, da Noruega, quando afirmou: “Nossa pele é clara, mas a nossa luta contra os colonizadores é a mesma de vocês”.

Alguns congressistas da Bolívia e do Peru referiram-se à seca que estava assolando o Altiplano, prevenindo os visitantes de que iriam “partilhar também a escassez de alimentos”, durante os dias do conclave. E, efetivamente, as refeições sempre foram bastante frugais. Por duas vezes, inclusive, os coordenadores “correram o chapéu”, durante o jantar, coletando dinheiro para garantir o almoço do dia seguinte.

COMISSÕES

Com os congressistas já instalados nas dependências da escola paroquial católica de Tiwanaku, foi feita uma sessão plenária, na noite de domingo, 6, para eleger a Mesa Diretora e também os coordenadores das seis comissões de estudos: 1) Direitos Territoriais; 2) Direitos Culturais e Científicos; 3) Ideologia e Filosofia da Indianidade; 4) Aspectos Sócio-trabalhistas, Econômicos e Jurídicos; 5) Organização e



A Mesa diretora do Congresso presta juramento: M. Villanueva, A. Escobar, P. Rojas, E. Carreño e Genara Rocha

Política dos Povos Indígenas e do CISA; 6) Solidariedade Indígena e Direitos Humanos.

As comissões não chegaram a começar seus trabalhos no dia seguinte. O que deveria ser uma rotineira e rápida sessão de relatos — das atividades do CISA, pela diretoria cessante, e também da situação nos diversos países, pelas organizações indígenas participantes — acabou abrindo oportunidade para o início de infindáveis discussões sobre temas que, nos dias seguintes, apaixonariam as comissões.

Os veementes discursos pronunciados por dois líderes partidários (o deputado Constantino Lima, do Mitka-1, e Ramón Conde Mamani, do Partido Índio), contra a opressão dos governos brancos e criollos, e, em seguida, contra qualquer tipo de aliança dos povos índios com os não-índios, incendiaram o plenário. Ramón Conde foi taxativo: “Vou dar a mão ao branco, sim, mas somente quando o branco vier atrás de mim, jamais à frente”.

Constantino e Conde foram chamados de “racistas”, mas refutaram prontamente a acusação. Essas questões acabaram voltando em todos os momentos do Congresso — com exceção, apenas, das noites em que se organiza-

vam programas especiais de música, dança e poesia, sempre muito animados.

COMÍCIO NAS RUÍNAS

Na tarde de terça-feira, dia 8, os congressistas foram visitar as ruínas históricas de Tiwanaku. Novamente, o que poderia ter-se resumido a uma atividade amena — um passeio turístico — foi transformado num ato político emotivo e carregado de tensão. No momento em que os funcionários (mestizos) do Centro Arqueológico de Tiwanaku acabavam de dar explicações sobre o Templo Semissubterrâneo, Próspero Orosco pediu a palavra para verberar os invasores espanhóis que destruíram Tiwanaku. A partir daí, durante toda a tarde, os líderes político-partidários e outros congressistas fizeram comícios diante de cada monumento, pedindo a demissão dos funcionários (“demagogos, racistas, paramilitares”) e a imediata entrega do Centro Arqueológico a seus “legítimos donos, o povo índio de Tiwanaku”.

Os trabalhos nas comissões, nos dias 9 e 10, transcorreram com relativa tranquilidade — com exceção, é claro, da Comissão nº 3, que tratava da Ideologia da Indianidade. Como se esperava, não foi possível chegar-se a um relatório conclusivo nessa comissão, da qual participaram 50 congressistas (66% dos quais, da Bolívia e do Peru). No plenário de sexta-feira, dia 11, a Comissão nº 3 limitou-se a apresentar um resumo das diferentes teses, apresentados pelo Partido Índio, pelo Mitka-1, pelo Centro Kolla, por Sixto Vásquez (Kolla-Argentina) e por uma frente de organizações índias da Colômbia, Equador, Venezuela e Chile.

Nas demais comissões, os resultados foram mais palpáveis. Seus relatórios, densos e profundos, foram também bastante discutidos em plenário, mas aprovados sem problemas. Devido ao impasse no último dia, com a eleição de duas diretorias diferentes para o CISA, o documento final do Congresso acabou não ficando pronto a tempo de ser reproduzido nesta edição do PORANTIM.



Diversos conjuntos musicais mostraram aos congressistas a verdadeira música índia do Tawantinsuyu

No mundo inteiro, a união indígena

Quem vê a tranquilidade e a discreção de José Carlos Morales não imagina a responsabilidade que lhe pesa sobre os ombros. Índio do povo Brunka - uma das seis etnias que resistem na Costa Rica, formando 1% da população do País - Morales foi eleito, em maio de 1981, presidente do CMPI - Conselho Mundial de Povos Indígenas, organismo que, com apenas sete anos de existência, já faz parte do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, junto com outras organizações não-governamentais.

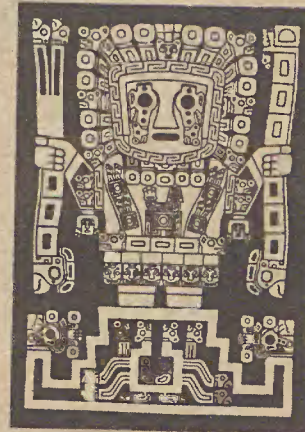
O CMPI possui cinco organismos de base, ou "regiões", até o momento: o CISA - Conselho Índio da América do Sul; o Corpi - Coordena-

nadoria Regional de Povos Indígenas -, que compreende a América Central e o México; a Região dos Sami, que reúne as populações autóctones dos países escandinavos, no Norte da Europa; a Região da Austrália, incluindo a Conferência Nacional Aborígine da Austrália, os povos Maori da Nova Zelândia e outras etnias de algumas ilhas próximas; e a Região da América do Norte, em processo de formação, que compreende Estados Unidos (Congresso Nacional do Índio Americano, Conselho Nacional Tribal dos Estados Unidos) e Canadá (Assembleia das Primeiras Nações).

Para José Carlos Morales, o CMPI deve procurar organizar "todos os grupos étnicos minoritários do mundo". Por isso, já foram

feitas visitas à Tanzânia e estão programadas novas viagens da direção do CMPI a este e outros países africanos; e tem havido procura de representantes de outras partes do mundo, como por exemplo, do povo Aino (Japão), dos Curdos (Iran-Iraque) e ainda etnias da Tailândia e da Índia. "Mas ainda não podemos lançar-nos a cobrir o mundo inteiro, porque não contamos com recursos econômicos suficientes, e isso é um processo".

Nesta entrevista, concedida a Paulo Suess durante o II Congresso do CISA, em Tiwanaku, José Carlos Morales faz um balanço das atividades do CMPI e das lutas dos povos indígenas em todo o mundo.



TIWANAKU
BOLÍVIA

através da Chancelaria, comunicou a Costa Rica, onde estava já a pequena comissão que ia viajar, que adiassemos novamente a visita, porque os confrontos estavam recrudescendo, em vista de que os Estados Unidos haviam levado seus técnicos militares a Honduras, e isso havia estimulado os grupos contrarrevolucionários para continuar os ataques na fronteira. Estamos com isso pendente e esperamos que, na segunda quinzena deste mês de março, estejamos visitando a Costa Atlântica para prestar o informe final. E com muito gosto mandaremos uma cópia para o PORANTIM.

Nesta reunião do CISA, sentimos, em alguns momentos, uma certa tensão - CISA contra CMPI. Também como observador da cena brasileira, eu me pergunto: como se sentiriam representados dentro do CISA os povos indígenas do Brasil, que são minoritários? Falou-se pouco, aqui, dos povos da selva. Falou-se, sim, muito, dos povos Quéchua e Aymara, do Tawantinsuyu.

De acordo com a Carta Constitucional do Conselho Mundial e de acordo com o CISA, os povos índios do Brasil não podem ficar de fora. Creio que todas as organizações, quando nascem, por ser jovens, têm muitas falhas, muitas limitações. E, existindo um instrumento de organização internacional, a nível de América do Sul, o mais recomendável é participar dentro desta organização, e buscar os meios mais adequados para que seja representativa.

Creio que o CISA passou por várias etapas. No começo, acreditou-se que seria um monstro. Mas eu sou otimista. Creio que, neste II Congresso, o CISA vai sair fortalecido. Há, é verdade, confronto praticamente de duas delegações, dois países, Bolívia e Peru; mas é preciso respeitá-los também, pois têm suas razões, seus anos de luta. Uma organização como o CISA - e oxalá que os delegados do Brasil venham e participem plenamente - precisa ser defendida como um organismo internacional e não como um organismo político-partidário. O instrumento está aí, e temos que aperfeiçoá-lo. Eu convido os povos índios do Brasil a que se organizem a nível comunal, regional e nacional, para que venham fortalecer esta organização.

A sociedade índia do futuro será uma sociedade socialista?

Quando nós analisamos o sistema capitalista, que conduz o homem concretamente ao materialismo, e o socialismo, que, de outra forma, também conduz concretamente ao materialismo, nós não acreditamos que sejam os dois meios que nos ajudem a sair desta... Nós temos muita precaução.

PORANTIM - Quais são as metas de trabalho do Conselho junto aos povos indígenas? Quais são as tarefas cumpridas? Quais as questões abertas?

MORALES - A Carta fundamental do Conselho Mundial diz, dentro de seus propósitos, que se trata de "uma organização formada para assegurar a unidade entre os povos indígenas, facilitar o significativo intercâmbio de informações entre os povos indígenas do mundo e fortalecer as organizações que formam os canais políticos e culturais dos povos indígenas dos diversos países". Além disso, a organização se preocupará em "abolir a possibilidade de genocídio e etnocídio físico e cultural, combater o racismo, assegurar a justiça política, econômica e social aos povos indígenas e estabelecer e reforçar o conceito de direitos indígenas e culturais".

Como se pode ver, não se trata de uma organização separatista, racista. Mas, de acordo com os enunciados fundamentais, é lógico que, vivendo num sistema econômico, político e social como nos impuseram nos últimos quinhentos anos da História do mundo, não é uma tarefa fácil. Trata-se, realmente, de delinear e estabelecer o roteiro para a libertação e autodeterminação dos nossos povos indígenas.

Praticamente, como lutar contra o genocídio? Há genocídio entre estes povos que pertencem ao CMPI? E etnocídio?

Definitivamente, há de tudo entre estes povos. O genocídio, nestes momentos, se dá abertamente e quase pela via legal, como é o caso da Guatemala. Este país está vivendo a pior crise de sua história. E quem está pagando estas consequências são os irmãos índios da Guatemala.

Também em El Salvador se dá um genocídio, dentro do qual estão envolvidos também nossos povos indígenas. E, se fizermos um relato sobre outros países, veremos que o genocídio não se dá apenas eliminando fisicamente o homem; também há programas bem estabelecidos de controle da natalidade, que conduzem a um genocídio.

Onde se dá isso?

Em quase todas as regiões onde há populações indígenas se aplicam medidas de controle da natalidade. Exemplos: na Guatemala; em Costa Rica, mesmo, há um controle da natalidade estabelecido; na Colômbia, Peru, Bolívia, El Salvador, México; enfim, em todos os países onde existem povos indígenas, tem-se praticado este tipo de eliminação do

homem antes sequer de nascer.

Há novas formas de matar os índios através da integração forçada à sociedade nacional. Vocês enfrentaram este problema, especificamente, em algum lugar?

Realmente, as formas de matar nossos povos não se resumem às balas, mas são também o despojamento de suas terras, a introdução de meios de comunicação junto a nossas comunidades, como estradas, campos de aviação, usinas hidrelétricas, exploração de minas, petróleo, e tantas formas mais; conduzindo, também, a outra forma de deslocar das terras os próprios moradores, os que têm por direito natural a posse dessas terras; e, ao serem deslocados, passam a ser operários, peões indefinidos, e desaparecem como tais na pobreza extrema e na opressão. Em muitos casos, ocorreu também o deslocamento pela força e pelas balas. E o caso que acontece muitas vezes em regiões como o México, nas terras onde se achou petróleo. Foi uma catástrofe para as comunidades indígenas. E quando elas resistem a retirar-se de suas terras originais, usam-se contra elas os métodos mais cruéis de bandoleirismo e outras formas de genocídio.

A questão dos povos indígenas diante do Estado nacional: onde os povos indígenas são minorias, eles têm alguma chance de sobreviver diante do Estado nacional - por exemplo, na Costa Rica, no Brasil, na Austrália? Este Esta-

do nacional não visa, necessariamente, em todas as suas medidas, ao integracídio, isto é, à integração dos povos indígenas para acabar com seu nome próprio, transformando-os em "costarriquenhos", "australianos", "brasileiros".

Eu próprio, em meu caso pessoal, senti o que é pertencer a uma minoria étnica na Costa Rica, onde há 2.300.000 habitantes e a população indígena somos apenas 1%. Sentimos a pressão e a força do chamado "desenvolvimentismo" que nos conduz a perder nossa integridade, nossas próprias formas de vida.

Para nós, a palavra "integração" - políticas de integração ou assimilação - não é senão uma forma velada de nos fazer desaparecer como povos com direito próprio a uma cultura.

O Conselho Mundial possui algumas estratégias para enfrentar essa situação?

Sim. Temos trabalhado bastante no campo internacional e percebemos que existem foros mundiais onde podemos fazer nossas reclamações quando nossos governos não nos escutam. Temos optado por esses meios, porque o índio, por natureza, é amante do meio em que vive e emprega a violência só em última instância. Nos princípios fundamentais de nossa carta, também está proposto "reforçar o conceito dos direitos dos povos indígenas". Temos trabalhado nesse campo, também. De tal modo que, neste



José Carlos Morales, presidente
do Conselho Mundial de Povos Indígenas

AMERÍNDIA

BOLÍVIA

História das lutas indígenas - II

Em seu último número, PORANTIM publicou a primeira parte de uma História das Lutas Indígenas na Bolívia, até a Guerra do Chaco (1932-1935). Na segunda e última parte desta História, chegamos até o atual Governo da Unidade Democrática e Popular, a UDP de Hernán Siles Zuazo, o mesmo que, em 1952/53, como dirigente do MNR, foi um dos principais responsáveis pela implantação da Reforma Agrária.

O texto aqui apresentado é baseado numa longa entrevista com o sacerdote jesuíta Javier Albó, um dos coordenadores da Equipe do Centro de Investigación e Promoción del Campesinato (CIPCA), e um dos maiores estudiosos da questão indígena na América Latina, especialmente da cultura Aymara. Albó foi entrevistado pelo editor do PORANTIM, Antônio Carlos Moura, e pelo secretário do Cimi, Paulo Suess, que estiveram recentemente na Bolívia para participar do II Congresso dos Povos e Organizações Indígenas da América do Sul, organizado pelo Conselho Índio da América do Sul (CISA).

Dados e análises complementares à entrevista de Albó, inseridos no texto, foram inteiramente baseados no livro *Sindicalismo Campesino*,

3ª edição, 1980, de Gregorio Iriarte, que também é da Equipe do CIPCA. (ACQ)

DO CHACO A VILLARROEL

Como já se afirmou, durante a Guerra do Chaco houve um reconhecimento recíproco: a Bolívia indígena "descobriu" a Bolívia criolla e vice-versa. E, como ensina Gregorio Iriarte, "a Guerra do Chaco põe a descoberto o terrível sistema de injustiça no qual se baseava toda a exploração do campo".

Com a derrota militar da Bolívia, o Exército e os partidos políticos ficam inteiramente desacreditados. Os generais são substituídos pela jovem oficialidade. Inicia-se uma nova etapa na história do País andino.

Em 1936, um grupo de militares comandado pelo general David Toro e pelo tenente-coronel Germán Bush toma o poder e implanta um regime chamado "socialista militar". Durante esse Governo, que ficou no poder por três anos, as massas indígenas organizam seus primeiros sindicatos e obtêm algumas conquistas sociais pequenas mas importantes. É criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social e baixado um decreto-lei por David Toro, que obriga os grandes latifundiários a custear escolas ru-

rais nas haciendas onde havia mais de 30 crianças indígenas em idade escolar. Esse decreto não é cumprido na prática, porém, por causa da forte oposição da Sociedade Rural, a poderosa organização dos latifundiários (os gamonales). Estes, temerosos de perder seus privilégios, pressionam o Governo até que o presidente Germán Bush é levado ao suicídio, em 1939.

Em 1940, fundam-se dois partidos políticos - o Movimento da Revolução Nacional (MNR) e o PIR - que adotam, em seus programas, a consigna em favor da Reforma Agrária. Em 1943, um grupo de oficiais da *Razón de Patria* (Radepa), acusado de simpatia pelo nazismo, dá um golpe de estado e leva ao poder o coronel Gualberto Villarroel, um populista que trouxe alguns benefícios aos índios.

Projetos de lei visando a melhoria das condições de vida dos índios são apresentados, em 1944, pelos deputados Víctor Paz Estenssoro e Walter Guevara Arce. As propostas, em parte modificadas, são ratificadas no I Congresso Camponês, convocado oficialmente por Villarroel, em maio de 1945.

O Encontro, fruto de vários congressos e reuniões preparatórias regionais, demonstra a capacidade de organiza-

ção e comunicação do campesinato indígena boliviano. Por isso mesmo, é combatido com violência pela Sociedade Rural, dos latifundiários. Marcado inicialmente para janeiro de 1945, o Congresso acabou sendo adiado para maio, entre outras razões porque o secretário geral encarregado de sua preparação - o líder indígena Luís Ramos Chipana, conhecido por Rumisongo (Coração de Pedra) - foi preso e exilado para o Brasil.

Um comunicado da Sociedade Rural, publicado no jornal *La Razón* de 24 de março de 1945 afirma: "É improcedente que a raça indígena participe do Congresso, já que não está preparada e, além do mais, o indígena é considerado menor de idade e sujeito à tutela do Estado. A Sociedade Rural Boliviana pensa que seria muito oportuno que nas deliberações e conclusões do Congresso não se considerasse nada referente às terras e que o direito de propriedade se encontra plenamente reconhecido e consagrado na Constituição política do Estado. Os camponeses devem continuar efetuando os trabalhos agrícolas e prestando seus serviços na forma como fizeram até agora".

Entretanto, na mesma ocasião, o então chefe interino do MNR, Hernán Siles Zuazo,

lançava um manifesto, declarando que "o nosso máximo problema é a terra, terra nossa que deve pertencer àquele que a trabalha. Somente quando a revolução alcançar esta meta, que requererá anos de sacrifícios, ocorrerá a emancipação definitiva do campesinato e a grandeza da Bolívia".

A consequência prática do Congresso foi que o Governo Villarroel aprovou uma série de decretos, suprimindo os serviços gratuitos prestados pelos índios aos latifundiários e obrigando a estes a fundar escolas rurais. Além disso, criou-se uma comissão para redigir o Código do Trabalhador Agrário. O caráter populista do Governo Villarroel e as pressões da Sociedade Rural não permitiram, porém, que esses decretos fossem levados à prática. Incompatibilizado com os índios e com os latifundiários, Villarroel acaba sendo derrubado do poder em 1946. Seu corpo foi pendurado numa praça em La Paz.

A REVOLUÇÃO DE 1952

Em 1947, sobem ao poder os conservadores, liderados por Hertzog, vitorioso nas eleições realizadas naquele ano. O novo regime, porém, não consegue impedir o ascenso do movimento social. Os mineiros organizam greves,



Índio, operário ou campesino? A identidade étnica não deve eliminar a consciência de classe nem vice-versa.

Andreas Birkholz

AMERÍNDIA

grupos dissidentes do Exército promovem rebeliões armadas em todo o País. É com grande esforço que Hertzog consegue sufocar a incipiente guerra civil. Nesta época cresce também a influência e a força do MNR entre os mineiros, os operários e as massas camponesas. Em amplos setores, o MNR é considerado o instrumento capaz de conquistar a Reforma Agrária, a nacionalização das minas e o voto universal, o que, afinal, é confirmado em abril de 1952, com a chamada "Revolução Nacional".

Sob a liderança de Victor Paz Estenssoro, o MNR chega ao poder através de uma insurreição popular, resultado das contínuas rebeliões que exigiam mudanças radicais na estrutura política e econômica do País.

A luta pela Reforma Agrária teve que continuar durante alguns meses, porém. Isto porque o MNR era uma frente muito ampla, que abrigava progressistas e reacionários. Estes últimos, é claro, opõem-se à distribuição das terras, aceitando apenas uma "modernização" da agricultura e defendendo a "educação" dos camponeses. Politicamente conscientes e extremamente organizadas, as massas do campo não se deixam enganar. A agitação continua: greves, sublevações, invasões de fazenda, formação de novos sindicatos etc. 100 mil camponeses realizam uma manifestação em La Paz, no primeiro aniversário do Governo do MNR. Seu principal líder, José Rojas Guevara, do histórico Sindicato de Ucareña, afirma na ocasião: "A única solução do problema indígena é a nacionalização das terras, sem indenização, e a sua imediata entrega aos camponeses. A resposta ao problema camponês não será dada pelos técnicos, mas pelas próprias massas camponesas em sua ação revolucionária".

Finalmente, em agosto de 1953, o Governo do MNR decreta a Reforma Agrária. Em 25 anos, quatro milhões de hectares serão distribuídos a 405 mil famílias, beneficiando mais de um milhão e meio de camponeses.

Além do latifúndio e do poder "gamonal" gamonal, são abolidos também todos os serviços pessoais obrigatórios (pongueaje) que os índios eram obrigados a prestar aos patrões. O direito de voto é estendido às amplas massas do País.

PROBLEMAS CONTINUAM

A Reforma Agrária de 1953 não resolve, porém, todos os problemas dos povos indígenas da Bolívia. Como explica Javier Albó, o Governo do MNR - "nacionalista de sentido estatal" - defendia a palavra de ordem "As terras para quem as trabalha" visando resolver a questão camponesa. Esta consigna modificava o lema anterior, usado logo depois da Guerra do Chaco: "As terras para o índio". "O



Antonio Egulino

Mineiro da Siglo XX: a presença dos partidos na luta operária

novo Governo - ensina Albó - queria a plena integração do índio à marcha do País. Era um modelo que visava amestigar o índio para transformá-lo em "cidadão normal". Que ele não fosse mais índio, mas camponês, que fosse produtor, que fosse consumidor, que fosse assimilado. O indígena deixa de ser chamado índio; passa a ser chamado camponês".

Além do mais, a Reforma Agrária foi limitada. "Não propiciou a concessão de créditos aos camponeses... E, no Oriente, começou-se a destinar grandes capitais aos novos fazendeiros, daí surgindo uma dupla estrutura agrária: de um lado, o campesinato, com pequenas propriedades familiares, de outros, os grandes agroindustriais, primeiro do açúcar, depois do algodão, agora da cocaína".

A IDEOLOGIA

Segundo Albó, antes da Reforma Agrária "havia um movimento indígena de claro conteúdo ideológico de tipo étnico, uma reação étnica frente à invasão das terras indígenas pelos novos fazendeiros". Durante a Reforma Agrária, ao contrário, o conteúdo étnico desse movimento era fraco. A luta pela tomada das terras "tinha uma ideologia fundamentalmente camponesa, apoiada pelo Governo".

Apossando-se das terras, as massas indígenas, sem um rumo político definido, desmobilizam-se e são manobradas pelo MNR. O enfraquecimento do movimento camponês e a sua divisão, na opinião de Javier Albó, seriam duas das causas do golpe de 1964, comandado pelo general René Barrientos.

Autonomeado "líder máximo do campesinato", René Barrientos cria o famoso "Pacto Militar-Camponês", com o objetivo de combater o comunismo e controlar o movimento camponês, através dos "sindicatos amarelos".

Mas Barrientos cometeu um erro. "Era o ano de 1968, conta Albó. Assessores norte-americanos disseram a Barrientos que já era hora de os camponeses que receberam as terras começarem a pagar impostos. A proposta foi explosiva; era um tema antigo que, desde a época colonial, havia gerado conflitos. O campesinato não aceitou pagar os tributos. Durante uma revolta em Achacachi, Barrientos teve que se retirar sob pedradas".

Morto num desastre de helicóptero, em 1969, Barrientos é substituído por seu vice, Luis Adolfo Siles Salinas, que é derrubado pelo general Al-



Mesmo na cidade, o poncho e o lluch (gorro) marcam a presença de quase 70% de índios na população

fredo Ovando Candia e que, por sua vez, é afastado pelo golpe do general Juan José Torres, no ano seguinte.

Nem Ovando, nem Torres se preocupam com a questão camponesa: "Não eram nem a favor, nem contra: simplesmente, dentro de seu esquema ideológico, o campesinato não tinha importância", observa Javier Albó.

"Isso ajudou a que alguns grupos, que tinham permanecido independentes do Pacto Militar, crescessem um pouco no campo. Um deles - a União dos Camponeses Pobres (Ucupo), ligado ao Partido Comunista de linha chinesa, atuou nas zonas de colonização de Santa Cruz. Foi então que começou a surgir o Movimento Tupac Katari em La Paz.

A VOLTA DE TUPAC KATARI

"A diferença entre esse novo movimento e os demais grupinhos - analisa Albó - é que Tupac Katari foi ganhando força através das próprias comunidades Aymara: foi se infiltrando dentro da Confederação de Camponeses, a organização oficial que havia substituído a organização camponesa do MNR e se atrelado ao Pacto Militar-Camponês".

A força desse movimento "chegou ao ponto de ter agentes seus como autoridades máximas da Confederação oficialista, como foi o caso de Genaro Flores".

Em agosto de 1971, ocorre o golpe do general Hugo Banzer. O movimento camponês é brutalmente reprimido, suas lideranças são perseguidas e entram na clandestinidade. Em 1974, acontece o massacre de Cochabamba. O Pacto Militar-Camponês perde credibilidade. Ganha corpo a ideia de uma organização camponesa independente do Governo.

Segundo Javier Albó, o Movimento Tupac Katari surgiu, inicialmente, reivindicando direitos culturais. Depois evoluiu e passou a fazer exigências políticas. Numa prova de que era vigoroso, dividiu-se. Em 1978, diante das eleições convocadas por Banzer, havia dois partidos índios. "Um - diz Albó - era o Movimento

Revolucionário Tupac Katari (MRTK) e o outro era o Movimento Índio Tupac Katari (MITKA). O primeiro enfatizava mais a palavra "revolucionário", isto é, os elementos sócio-econômicos passam a primeiro plano, ao lado dos interesses da classe camponesa, ainda que esse nome - Tupac Katari - refletisse um conteúdo etno-histórico. O segundo partido enfatizava mais a palavra "índio". Dizia que todos os partidos dos brancos, de direita ou esquerda, não valem nada, "todos vão nos trair, temos que fazer nosso próprio partido índio".

Os partidos índios nunca tiveram grande expressão eleitoral na Bolívia. E os partidos convencionais, dos brancos, nunca conseguiram apoiar conseqüentemente o movimento indígena. Ao contrário, sempre o dividiram. "O único partido com o qual (os indígenas) tiveram contatos relativamente fortes, foi, na prática, o velho MNR", assegura Albó.

OBREROS E CAMPESINOS

Os índios, aliás, têm bastante consciência dessa divisão. "Neste sentido - explica Albó - a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) tem um papel parecido ao que, a nível operário, tem a Central Operária Boliviana (COB). Dentro da Central Operária existem muitas tendências. No entanto, a COB - uma organização teoricamente sindical, mas com inegável força política - mantém a unidade. Na CSUTCB ocorre fenômeno comparável".

Filiada à COB em 1979, a CSUTCB é dirigida por Genaro Flores, camponês originário de uma comunidade indígena Aymara, do Altiplano, e líder do MRTK. Flores é da mesma região onde nasceu o herói Tupac Katari, que liderou o levante de 1781 contra os espanhóis. "Genaro Flores alcançou, de certa forma, uma síntese da vivência aymara com elementos sócio-econômicos, o que, de fato, formou nele o líder. Por um lado, ele dá muita importância a manter a independência e, por outro, busca a aliança com os operários", relata Albó.

Com o golpe de García Meza em 1981, ocorre um fato inesperado: os principais líderes da COB são mortos, presos ou vão para o exílio. Seguindo a hierarquia dos cargos na COB, então na clandestinidade, Genaro Flores acaba assumindo a sua presidência. Algum tempo depois ele é preso. Atingido por um tiro, fica paralisado.

Em novembro do ano passado, Genaro Flores ganhou o título de Tupac Katari II durante uma manifestação organizada pelo MRTK em Ayo Ayo, o berço do herói Tupac Katari. Movendo-se numa cadeira de rodas, Genaro Flores prometeu "seguir os passos Tupac Katari e, se for preciso, também seu sacrifício".

Paulo Sues

NOTÍCIAS DA CAMINHADA

Cimi prepara V Assembléia

Após a realização da Semana do Índio, neste mês de abril, as atenções dos missionários que trabalham junto aos povos indígenas estarão voltadas para a V Assembléia Geral do Cimi, marcada para julho, de 25 a 29, em Itaici, São Paulo. Dela vão participar todos os bispos e preladados do Brasil em cujas dioceses ou prelaças se situam comunidades indígenas, além dos membros da Diretoria do Cimi, os representantes dos Regionais e o bispo da CEP encarregado da linha missionária.

O tema central desta Assembléia, como já se anunciou, é a autodeterminação dos povos indígenas dentro da caminhada do Cimi durante estes últimos 11 anos. Para ajudar a preparação da Assembléia, o Secretariado nacional do Cimi está enviando a todos os Regionais um esquema de "periodização da História da Igreja". Com ele, pode-se fazer uma análise sincrônica e diacrônica da sociedade política, os povos indígenas e a sociedade civil, em três períodos: de 1956 a 1967 ("desenvolvimentismo"); de 1968 a 1978 ("libertação X repressão") e de 1979

até o presente ("libertação X restauração"). Nesta V Assembléia, também, será eleita a nova diretoria do Cimi, para cumprir um mandato de quatro anos, ou seja, até 1987.

Por outro lado, vários Regionais do Cimi estão preparando suas assembleias anuais, que, além dos temas previamente programados, terão, desta vez, o encargo de eleger seus representantes à Assembléia Nacional. Estão programadas assembleias para os Regionais Maranhão-Goiás (1ª quinzena de maio, em Tocantinópolis GO); Nordeste (2 a 5 de junho, em Garanhuns-PE); Mato Grosso do Sul (10 a 12 de junho, em Aquidauana-MS); e Mato Grosso (2ª quinzena de julho, em Fátima de São Lourenço MT).

Ainda em julho, alguns Regionais aproveitam para promover cursos de reciclagem para missionários e colaboradores. É o caso do Regional Sul, que programou um Curso de Indigenismo em Santos-SP, de 26 de junho a 16 de julho; e dos Regionais Norte II (Pará-Amapá) e Maranhão-Goiás, que vão realizar, no mês de férias escolares, um Curso de Pastoral Indigenista em São Luís.

Curso de Linguística vê questão ortográfica

Realizou-se em Itacoatiara (AM), entre os dias 7 e 22 de fevereiro pp., o Curso de Linguística Aplicada às Línguas Indígenas Brasileiras, organizado pelo Cimi Nacional, com a participação dos Regionais Norte I, Norte II, Acre e Rondônia.

O Curso contou com os linguistas Ruth Maria Fonini Monserrat, do Museu Nacional - UFRJ, e Márcio Silva, do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, e acolheu um total de 23 missionários provenientes das mais diversas regiões da Amazônia.

O Curso teve como finalidades do treinamento fonético (percepção, produção e simbolização dos sons da fala) e o treinamento de técnicas de documentação e organização de dados lingüísticos e de pesquisa de campo. Além disso, os participantes trouxeram para a discussão alguns problemas lingüísticos que enfrentam em suas áreas de atuação.

Uma das questões mais discutidas durante o Curso foi a da ortografia utilizada por indígenas para escrever suas próprias línguas. Observou-se que, em muitos casos, tais sistemas ortográficos apre-

sentam várias e desnecessárias discordâncias com a ortografia oficial do português, o que acaba por dificultar a alfabetização em português dessas comunidades bilingües.

Muitas comunidades ficam perplexas quando descobrem que a escrita da aldeia vizinha é completamente diferente da que estão utilizando, e que ambas, por sua vez, são diferentes do português. Em Canamari, por exemplo, missionários das Novas Tribos propõem uma ortografia onde o som equivalente ao "u", de alguns dialetos do português, é escrito com "o", assim como o som "ã", da palavra portuguesa "lâmina" é escrito com a letra "u". Tudo leva a crer que, neste caso específico, não haveria nenhum prejuízo em adotar-se o símbolo "u" para o som "u" e o símbolo "ã" para o som "ã". Imaginem a pronúncia de um Kanamari, ao ler uma palavra como "urubu"...

Fatos como esse levam a sugerir a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os problemas relacionados à escrita de línguas indígenas, tais como a sua sistematização, a sua finalidade, os seus limites e suas implicações na questão de educação indígena. (Márcio Silva.)



Raimundo Bezerra Lima e José Apolônio dos Santos contam a luta de seu povo Xokó

Líderes Xokó contam sua luta e vitória

Representantes de vários povos indígenas de diferentes partes do Brasil estiveram em São Paulo, no início de março, participando de palestras e debates promovidos pela Comissão Pró-Índio. Na noite de 4 de março, os Xokó Raimundo Bezerra Lima e José Apolônio dos Santos contaram ao público que compareceu à Secretaria Municipal de Cultura, como seu povo resistiu às agressões da poderosa família Brito e recuperou as terras da Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, Sergipe, em 1979. Apolônio, que é membro do Conselho dos Xokó, explicou como lhes foi importante a solida-

riedade que receberam de estudantes, trabalhadores, antropólogos, do bispo de Propriá, Dom José Brandão, e de várias outras pessoas e entidades. Esta solidariedade, aliás, os Xokó fazem sempre questão de transmitir a outros povos que, com eles, estão lutando pelo sagrado direito à terra.

As palestras e debates de que participaram os Xokó e outros líderes indígenas contaram ainda com a presença de vários antropólogos, entre os quais Lux Vidal, presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo, Carmen Junqueira, Eunice Durham e Edgar Assis Carvalho.



Memória de Rodolfo

Neste dia 1º de abril, o padre Rodolfo Lunkenbein completaria 44 anos de idade. Assassinado por fazendeiros na aldeia Bororo de Meruri, MT, a 15 de julho de 1976, foi sepultado ali mesmo, próximo daqueles por quem ofereceu sua vida. No jazigo da família Lunkenbein, na Alemanha, há uma inscrição em memória de Rodolfo. A foto, que mostra sua mãe rezando diante desse jazigo, foi trazida ao PORANTIM pela própria sra. Lunkenbein, que nos honrou com sua visita dia 10 de março último.

Celebrada em SP a ressurreição de Tito e Alexandre

Com a incumbência de trazer para o Brasil os restos mortais de Frei Tito de Alencar Lima, viajou para a França, em meados de março, o vice-presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino. Frei Tito, como se recorda, morreu no exílio em 1974, vítima das seqüelas psicológicas das terríveis torturas sofridas, no Dops e na Oban, em São Paulo, no final de 1969. Estas páginas tenebrosas da história da ditadura militar podem, aliás, ser relidas, hoje, no livro Batismo de Sangue, de Frei Betto, companheiro de prisão de Frei Tito e, como Dom Tomás, membro da Ordem Dominicana.

Na Catedral da Sé, em São Paulo, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns presidiu, dia 25 de março, a celebração litúrgica de traslado dos restos mortais de Frei Tito e também de Alexandre Vanucchi Leme, o estudante assassinado sob tortura, há exatamente dez anos. Alexandre era irmão de Maria Cristina V. Leme da Silva, esposa do poeta Pedro Terra, colaborador e membro do Conselho Editorial do PORANTIM. Três tias de Alexandre e Maria Cristina são religiosas; uma delas, Irmã Edwírges Vanucchi, foi eleita, em janeiro último, superiora geral da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado.

Por todos esses laços dos dois mártires com a Igreja e com a caminhada histórica dos pobres, o Cimi e o PORANTIM estiveram presentes, na pessoa de Dom Tomás Balduino, à celebração de 25 de março, em São Paulo.

GUATEMALA

O Cimi conseguiu novas cópias do áudio visual Guatemala, terra de luta e de esperança. São 80 slides e mais uma fita cassete onde se conta como o povo guatemalteco está construindo sua libertação. Pedidos ao Cimi, pelo Reembolso Postal. Cada coleção custa apenas Cr\$ 5.000,00.

Paulo Sues

CRONOLOGIA

Deu nos jornais

Javaé resiste em Boto Velho

"Nós só sairemos de lá mortos". A afirmação é do cacique João Javaé da tribo Javaé, e representa a decisão dos outros 60 índios que vivem na aldeia de Boto Velho, na Ilha do Bananal, e estão ameaçados de serem transferidos para o Parque do Araguaia por causa da estrada que passará pela área indígena.

Até 1979, a aldeia de Boto Velho fazia parte do Parque Indígena do Araguaia. Entretanto, o Governo cedeu a área da aldeia ao IBDF, através de decreto, para que ali fosse criada uma reserva florestal. Por não ser mais considerada área indígena, o Governo pode cortar a aldeia e retirar os índios dali. Na semana passada, o cacique Javaé veio a Brasília com sua filha, Behederu, e outro índio da aldeia, Pedro Javaé, de 60 anos, pedir ao presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, que interferisse em favor dos índios.

O coronel Paulo Leal explicou, porém, que não podia interferir na questão, porque a aldeia não fazia mais parte da área indígena, e sugeriu a transferência dos Javaé para o Parque do Araguaia, que fica no outro lado.

Mas o cacique João Javaé afirma que os índios não podem sair de uma área que é sagrada para eles.

— Nós nos acostumamos na aldeia e não vamos para o Araguaia. Lá é área dos Karajá, que também não se mudariam jamais para a área dos Javaé. Isso é costume nosso — disse.

A aldeia Boto Velho é uma área de ocupação indígena tradicional. Dentre os fatos que atestam a imemorialidade da ocupação desta região pelos índios, destaca-se a existência de um acidente no relevo, ao qual é atribuído um significado mitológico, segundo a antropóloga Regina Müller, que visitou a aldeia. São três depressões circulares, que deram origem ao mito da formação da tribo. Conta a lenda indígena que, revelado o segredo de Aruanã (o grande espírito), os índios resolveram se autoexterminar. Foram feitas três grandes fogueiras no chão, nas quais eram jogados os homens, as mulheres e as crianças. Os dois homens que executaram o extermínio também se mataram. Houve apenas um sobrevivente, a partir do qual o mundo foi novamente povoado. (O Globo, Rio de Janeiro, 7-3-83)

Funcionários são postos para fora

Os índios goianos de pelo menos quatro nações se rebelaram contra a direção da Ajudância da Funai, em Araguaína. O clima na cidade está tenso e a situação poderá piorar hoje, se as reivindicações dos índios Krahô, Xerente, Apinayé e Karajá não forem atendidas. Eles querem que seja mudada toda a direção do órgão na região.

Apesar de a Polícia Federal ter confirmado o problema, o chefe da Ajudância, Antônio João, ao

ser indagado, por telefone, como estava a situação na cidade, negou a existência de qualquer problema e acusou de leviana a pessoa que passou as informações. (...)

A situação começou a ficar tensa quando, na sexta-feira, um caminhão conduzindo 44 Krahô se deslocou para Araguaína. Em companhia dos índios, estavam quatro antropólogos que desenvolvem um projeto agrícola na aldeia de Galheiros, na reserva Krahô, mediante autorização direta do presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal.

Eles teriam ido à cidade exigir a mudança dos funcionários, a quem acusam de ter praticado uma série de irregularidades contra os índios. Esses funcionários que estão na Ajudância da Funai são pertencentes ao grupo liderado pelo ex-delegado Ivan Baiocchi, que foi chefe da 7ª Delegacia Regional, em Goiânia. Além da mudança, os índios estão reclamando contra o atraso no repasse de verba para as aldeias, o que estaria colocando em risco a sua produção agrícola.

De acordo com informações obtidas junto à Polícia Federal, ontem à tarde, os índios só não invadiram a sede da Funai em Araguaína porque a polícia impediu que o caminhão entrasse na cidade. Eles resolveram atender às determinações da Polícia, mas foram para a chácara da Funai, onde esperam para hoje a adesão de pelo menos mais 100 índios. Ontem, o posto de Guarai da Polícia Rodoviária Federal confirmou ter expedido autorização para que um caminhão de índios da aldeia Serrinha, comandada pelo cacique Abrão Silva, se deslocasse para Araguaína. (O Popular, Goiânia, 8-3-83)

SOLUÇÃO

A crise entre índios e a direção da Funai em Araguaína, ficou solucionada ontem, depois de várias reuniões nervosas entre caciques de quatro nações indígenas e o representante do presidente da Fundação, coronel-aviador Paulo Moreira Leal. Três funcionários do órgão foram transferidos para a Delegacia Regional do Maranhão, atendendo reivindicação dos silvícolas, que ameaçaram expulsá-los à força, se não fossem atendidos. (O Popular, Goiânia, 10-3-83)

Na Bodoquena, a invasão se amplia

O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, afirmou, em Brasília, que arrendatários da área de Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, onde vivem os índios Kadiwéu, estão permitindo a invasão da reserva por possesiros com o objetivo de dificultar a ação da Funai na área, que está, aos poucos, acabando com os arrendamentos. Leal disse que o delegado do órgão em Campo Grande, Amaury Azevedo, se deslocou com agentes da Polícia Federal para a Fazenda Turuma, dentro da reserva, onde os índios Kadiwéu mataram esta semana dois fazendeiros.

Segundo o presidente da Funai, o órgão está agindo dentro do Estatuto do Índio, que permite a renovação dos contratos de arren-

damento apenas em casos especiais e por tempo determinado, para evitar problemas sociais. "O problema da área é antigo — disse ele — e a própria Polícia Federal reconhece que as terras de Bodoquena estão sendo esbulhadas. Permanecem na área 121 arrendatários e mais de 5 mil famílias de invasores que foram cadastrados pela Funai".

Os índios Kadiwéu ocupam uma área de 538.535 hectares que lhes foi doada por Dom Pedro II. Em 1981, a Funai contratou o Serviço Geográfico do Exército para a demarcação da reserva, trabalho que já foi concluído. "As terras de Bodoquena — explicou o presidente da Funai — não pertencem à União, como as demais áreas indígenas, mas à própria tribo, porque foram doadas. Por isso, a renovação dos arrendamentos tem sido feita apenas quando os índios concordam". (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 12-3-83)

Tikuna exigem a terra demarcada

A terra prometida aos 18 mil índios Tikuna que habitam o Alto Solimões, no Amazonas, pelo coronel Paulo Moreira Leal, presidente da Fundação Nacional do Índio, em 1981, tem que ser demarcada dentro do menor prazo possível, afirmaram ontem quatro de seus representantes que vieram a Brasília para um encontro, hoje, com o dirigente do órgão tutor com o objetivo de definir a situação.

Segundo os índios, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária está marcando áreas para os brancos dentro da reserva indígena, e alguns de seus membros afirmaram que, se a Funai não delimitar a área até o final do ano, logo no início de 1984 o INCRA passará a emitir títulos definitivos de propriedade, o que poderá gerar graves problemas de ordem social na região.

Em janeiro de 1982, uma equipe da Funai fez o projeto de demarcação das terras — com 1.178.200 hectares — que foi aceito pelos indígenas. Em outubro daquele mesmo ano, o coronel Paulo Leal entregou aos Tikuna minutas de portarias delimitando cinco áreas que abrigariam os nativos, prometendo que, até o final de fevereiro do ano em curso, as terras estariam definitivamente em suas mãos.

No entanto, já passamos do meio de março e até agora nada foi feito. Vimos aqui cumprir o que o próprio presidente da Funai determinou, ou seja, que, se não fosse cumprido o prometido, poderíamos vir a Brasília cobrar dele, e não voltaremos sem uma resposta definitiva, disse Pedro Inácio, um dos representantes dos Tikuna.

Ele ressaltou que, "se a Funai não demarcar a área, nenhum de seus membros entrará mais naquelas terras e os seus postos serão destruídos e não será reconhecida como órgão tutor".

Pedro Inácio informou, ainda, que já se encontram em suas terras diversos fazendeiros, seringueiros e barcos pesqueiros, que certamente criarão problemas para saírem de lá. "Portanto, quanto mais rápida for a definição da Funai, menos problemas teremos", disse ele. (Jornal de Brasília, DF, 18-3-83)

A grande fala do índio Guarani

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

De onde vieram o índio, o atleta,
o guerrilheiro, o marginal provinciano,
o ateu profeta
senão da mesma ausência do poeta?
senão da mesma ansia de extravasar
o muro dos instantes
lincando a vara sobre a terra
num feroz salto distante
que tanto pode se alquebrar nas selvas e montanhas
como, travessar olímpico a linha do horizonte?

E este um texto cravado na Porta do Sol,
relógio de pedra e ouro,
osso azteca exposto
como o povo brilhante fosco
à luz dos anos?
Ou é o som de alguém ganindo como um cão danado
não para os arcanos
mas para os quartéis que povoam e uniformizam o
ser
latino-americano?

Deveria ter deixado de citar alheias ballas
tragédias européias e outras teias de aranha
que retêm a abelha, mas não detêm o urso,
que ao natural selvagem
suga melhor o mel de uma colmeia
Ou é este um hino tropical num canto-chão?
uma canção que escorre sobre os muros de Tikal
e Cuzco?

Ah, meu velho e novo Popol Vuh!
De fato estávamos ali vencidos
e já não tínhamos escudos, já não tínhamos bordunas
já não tínhamos o que comer.
Foi-se o abrigo
e toda a noite choveu sobre nós.

Mas embora fosse ainda escuro, os deuses
como homens se ajuntaram numa assembléia
junto às pirâmides de Teotihuacán
ali
onde antes havia uma águia
sobre um cactus devorando uma serpente
ali
se assentaram de novo os homens
com a pertinácia dos deuses
como num canto desse continente se ajuntam
desde sempre os Mbya-Guarani
resistindo a quatro séculos de ofensa
sobrevivendo aos alheios xamãs
e conservando na memória o Grande Falar.
Amanhece sobre as árvores da taba.
Uma voz de índio ecoa entre a neblina da floresta.
Nos quartéis, uma vez mais, os espanhóis despertam
tocam seus clarins e seus cavalos
e vão extrair do sangue guarani
o ouro que decora igrejas e mulheres.

Índio, eu olho o brilho das espadas
e estandartes
o tropel empoeirado e colorido da morte
cada vez mais perto
e aguardo o inimigo com uma canção nos lábios
e meu peito aberto.

(Do livro A grande fala do índio Guarani perdido na história e outras derrotas).

CURT NIMUENDAJÚ

Uma vida para os índios

Comemora-se, no próximo dia 17 de abril, o centenário de nascimento de Curt Nimuendajú, considerado, com razão, o maior e mais fecundo etnólogo do Brasil. Nascido em Jena, na Alemanha, Nimuendajú chegou ao Brasil aos 20 anos de idade, movido por uma grande curiosidade com relação à vida e aos costumes dos povos indígenas. Em 1905, ele manteve o primeiro contato com uma aldeia indígena, a dos Guarani da região de Bauru, no interior de São Paulo. Iniciou-se aí uma carreira científica sem par: 40 anos inteiramente dedicados às pesquisas etnográficas, linguísticas e arqueológicas e à defesa dos interesses dos povos autóctones do Brasil.

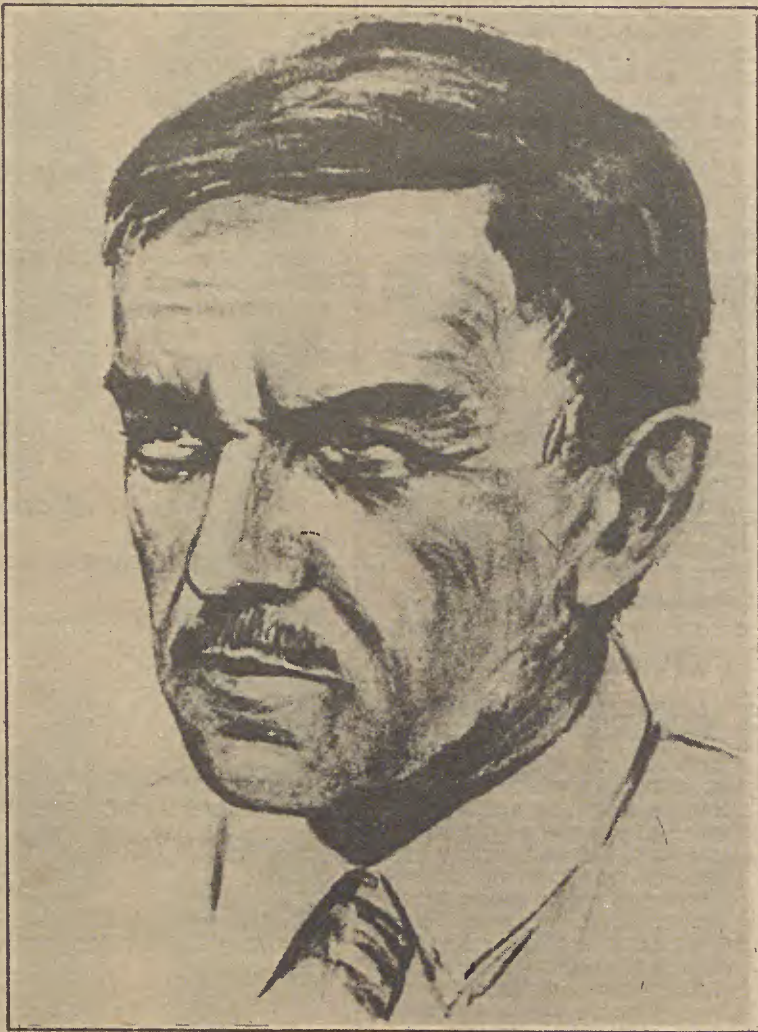
Curt Nimuendajú foi um autodidata, o que não o impediu de aprofundar-se, em todos os sentidos, nos meandros da ciência. Seu interesse pela questão indígena nasceu na biblioteca da fábrica Zeiss, em Jena, onde ele trabalhava como operário. Um amigo dele, o antropólogo Egon Schaden, professor na Universidade de São Paulo, conta que o jovem Curt Unkel (nome original de Nimuendajú) passava horas estudando mapas e lendo tudo o que havia na biblioteca da fábrica Zeiss sobre os índios da América do Norte e do Sul. Então, em 1903, com a ajuda de uma irmã, Unkel veio para o Brasil realizar os sonhos que acalentava na juventude e continuar a longa tradição científica alemã no campo da etnologia, iniciada pelo naturalista Alexander von Humboldt.

CONQUISTA DE UM LUGAR

Um símbolo marca o início da carreira desse grande cientista teuto-brasileiro: é o próprio nome Nimuendajú, que Curt Unkel herdou dos Guarani, depois de se instalar num rancho que construiu na aldeia de Batalha, próximo à cidade de Bauru. Nimuendajú, segundo o estudioso paraguaio Juan Francisco Recalde, significa, aproximadamente, "aquele que soube abrir seu próprio caminho neste mundo e conquistou seu lugar". O nome não poderia calhar mais perfeitamente. Tãmanha foi a integração com os Guarani, que Nimuendajú acabou por ser adotado, formalmente, como membro da tribo, durante uma cerimônia ritual, em 1906.

O primeiro trabalho de envigadura de Nimuendajú, aliás, refere-se ao povo Guarani. Trata-se de uma monografia sobre "Os Mitos da Criação e da Destruição do Mundo", que foi publicada em 1914 pela Revista de Etnologia de Berlim.

A obra de Nimuendajú, quase toda inédita em portu-



guês, inclui nada menos que sessenta títulos, entre monografias, relatórios, artigos e vocabulários, publicados em inglês ou alemão por revistas americanas e européias. Sua maior contribuição à etnologia brasileira, segundo os especialistas, são os estudos que dedicou às culturas da família Jê, entre eles as monumentais monografias sobre os Timbira orientais (Apinayé) e os Timbira orientais.

A obra-síntese de Curt Nimuendajú - "obra-rio", no dizer da antropóloga Berta Ribeiro - é o seu Mapa Etno-Histórico, que só foi publicado em 1981, pela Fundação IBGE, em colaboração com a Fundação Pró-Memória. O mapa, policromado, contém a localização de 1.400 tribos existentes e extintas, as divisões dessas tribos em 40 troncos linguísticos, dados sobre migrações etc, reunindo as informações históricas, geográficas e linguísticas mais fidedignas publicadas até a data de sua elaboração, 1944.

O RESPEITO PELOS ÍNDIOS

Acima de tudo, Curt Nimuendajú respeitava os povos indígenas. Diz Egon Schaden que, "longe de reduzir-se a simples objetos de investigações científicas, os índios eram para ele, antes de tudo, seres humanos que precisa-

vam de ajuda". Sobretudo para enfrentar os brancos que invadiam as terras deles. É significativo que, três dias antes de morrer - dia 10 de dezembro de 1945, entre os Tükuna do Alto Solimões, AM -, Nimuendajú tenha escrito a seus amigos Herbert Baldus e Harald Schultz uma carta em defesa dos índios Parakanã, cujas terras estavam sendo cortadas pela Estrada de Ferro do Tocantins.

Os atos de homenagem ao centenário desse cientista, virtuoso na modéstia e na honestidade intelectual, serão também modestos. O Conselho Indigenista Missionário já antecipou as comemorações. No final do ano passado, o CIMI lançou o livro *Textos Indigenistas*, reunindo trabalhos inéditos de Nimuendajú, com introdução do ex-diretor do Museu do Índio do Rio de Janeiro, Carlos de Araújo Moreira Neto, e prefácio de Paulo Suess. Dia 17 de abril, o Museu Paulista - onde se encontra a urna que contém os restos de Nimuendajú - promoverá uma solenidade com a presença do embaixador da República Democrática Alemã, Günther Severin. Além disso, um pequeno artigo do professor Max Zeuske, da Universidade Wilhelm Pieck, de Rostock, será publicado no número de abril da Revista da Embaixada da RDA sobre o grande cidadão alemão-brasileiro Curt Nimuendajú.

Política, não Obediência, sim

Circulou, no início de março, a notícia de que o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, teria proibido as delegacias regionais do órgão de promover qualquer comemoração alusiva ao 19 de Abril, Dia do Índio. Segundo alguns funcionários da Funai, a medida teria o objetivo de "evitar manifestações políticas dos índios ou encontros entre seus líderes, para que não se repetissem os movimentos realizados anteriormente". Esta notícia, publicada na imprensa, não chegou a causar estranheza nos meios indigenistas. Afinal, a Funai sempre foi contra a autodeterminação dos povos indígenas e sempre combateu sua organização independente. Admitir isso, porém de maneira aberta, ainda não faz parte do discurso oficial da direção da Funai. Por esta razão, o coronel Leal desmentiu prontamente que tivesse feito qualquer proibição contra festejos no Dia do Índio. "Apesar dos poucos recursos disponíveis na Funai - afirmou -, a data será devidamente comemorada".

"Devidamente", no entender do coronel, quer dizer armar, em Brasília, uma feira de artesanato indígena, indevidamente chamada *Moltará*, a exemplo do que ocorreu ano passado.

Além dessa "feira", não podem faltar, é claro, os presentes. Se em 1982 a Funai "presenteou" os povos indígenas com os famigerados "critérios biológicos de indianidade", desta vez foi o próprio Governo Federal que resolveu transbordar a sua "generosidade": o presente do

Dia do Índio, entregue com dois meses de antecedência, determina novos critérios para a demarcação das terras indígenas. Trata-se do Decreto Presidencial nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, pelo qual a Funai tem o seu papel reduzido no processo de demarcação, tornando-se mera conselheira de um Grupo de Trabalho, que inclui representantes do Ministério do Interior, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e "outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes".

Defensores da causa indígena já reagiram ao novo absurdo, e preparam-se para arguir, na Justiça, a inconstitucionalidade desse Decreto Presidencial, que fere a Lei 6.001 (Estatuto do Índio). O mais lamentável é que se amplia a intervenção militar na questão indígena, com as novas atribuições do ministério do general Danilo Venturini (Assuntos Fundiários); uma intervenção que, evidentemente, não combina com a recente sugestão do ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, sobre a volta dos militares à caserna.

COMEMORAÇÃO ALTERNATIVA

O Dia do Índio, entretanto, será devidamente comemorado, apesar e independentemente da Funai. Entidades democráticas de apoio à causa indígena promoverão solenidade e atos públicos em todo o País, fazendo do 19 de Abril um dia de luta em defesa dos interesses dos povos índios no Brasil.

ASSINE O JORNAL

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA.

PORANTIM é um jornal de informação, análise e denúncia, que surgiu há 5 anos, para apoiar a luta dos povos indígenas.

PORANTIM, publicação mensal do Conselho Indigenista Missionário/CIMI, significa em *sateré-maué* remo, arma, memória.

Estou enviando Vale Postal ☐ ou Cheque Nominal ☐
para uma ASSINATURA ANUAL - Cr\$ 2.500,00 ☐
ASSINATURA DE APOIO - Cr\$ 4.000,00 ☐

em favor de
CIMI/PORANTIM - Caixa Postal 11.1159
70.070 - Brasília - DF

FAÇA 5 ASSINATURAS E GANHE UMA GRÁTIS

nome _____
end. _____
cep _____ cidade _____ est. _____

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA